

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para fins de cadastramento, que SCHMIDT, VALOIS, MIRANDA, FERREIRA & AGEL - ADVOGADOS, inscrito no CNPJ sob o nº 08.761.180/0001-36, estabelecido na Rua Humaitá, nº 275, Edifício Lagoa Corporate, 14º andar, Humaitá, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, 22261-005, prestou para a **NOVA TÉCNICA ENERGY LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.308.527/0001-03, situada na Avenida Presidente Vargas, nº 309, 21º Andar, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, 20040-010, os serviços jurídicos abaixo especificados, desde de maio de 2021 até o presente:

- SERVIÇOS EXECUTADOS

Direito do Petróleo e Gás Natural:

- Regimes de Exploração e Produção no direito brasileiro e comparado;
- Contratos para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural – Concessão;
- Interpretação da legislação brasileira;
- Relacionamento com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”) e outros órgãos reguladores;
- Comercialização de Petróleo e Gás Natural;
- Regime jurídico dos dados e informações sobre as bacias sedimentares brasileiras;
- Leilões para licitação de blocos de Exploração e Produção;
- Gestão dos contratos de Partilha da Produção e de Comercialização de Petróleo e Gás Natural;
- Regime jurídico de sondas de perfuração, navios e plataformas.

Incluindo as experiências específicas em:

- Questões regulatórias relacionadas com a legislação aplicável à exploração e produção de petróleo e gás natural;
- Matérias relacionadas com o direito internacional e comparado voltadas para o setor de petróleo e gás natural;
- Elaboraões, revisões, interpretações e negociações de instrumentos contratuais utilizados no setor de petróleo e gás natural, ou seja, familiaridade com instrumentos contratuais comumente utilizados, tais como modelos da Association of International Petroleum Negotiators - AIPN, ou Rocky Mountain Mineral Law Foundation - RMMLF, ou American Association of Petroleum Landmen - AAPL, ou Canadian Association of Petroleum Landmen – CAPL;

- Contratação de sondas de perfuração, ou FPSOs, ou FSOs, ou LNG tankers, ou OSVs, ou PSVs; e
- Elaboração, revisão, análise e negociação de contratos de afretamento (charter), ou operação e gerenciamento (O&M), ou prestação de serviços técnico de Exploração e Produção.

Direito Administrativo:

- Regime jurídicos das Empresas Estatais (Lei nº 13.303/2016) e programas de integridade e conformidade;
- Licitações e contratos administrativos; e
- Licitações e contratos internacionais.

Incluindo as experiências específicas em:

- Matérias ligadas a licitações e contratos da administração pública (Lei nº 13.303/2016), inclusive organização de licitações; e
- Defesas de impugnações a licitações; e
- Matérias ligadas ao regime jurídico dos servidores da União, das autarquias e das fundações públicas federais (Lei nº 8.112/1990); e
- Matérias ligadas à observância da legislação de improbidade administrativa (Lei 8.429/1992); e
- Questões ligadas à Corregedoria Geral da União (“CGU”) ou ao Tribunal de Contas de União (“TCU”); e
- Contencioso administrativo e judicial.

Direito Civil:

- Contratos privados e administrativos;
- Direitos reais, propriedade e posse; e
- Legislação civil.

Direito Societário:

- Aquisição de empresas, fusão, incorporação e reorganização societária;
- Operações de compra e venda de participações societárias e transferência de ativos;
- Atividades de rotina da sociedade, como constituição, modificação e reorganização;
- Conduta em assembleias de acionistas, reuniões de conselhos de administração;

- Organização dos livros e documentos societários;
- Direitos e obrigações de acionistas; e
- Consultoria quanto ao cumprimento e à evolução das normas e regulamentos que regem a vida jurídica das sociedades.

Mercado de Capitais:

- Questões regulatórias perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”); e
- Mercado de câmbio.

Direito Internacional:

- Representações no exterior;
- Obtenção de vistos de trabalho;
- Manifestação perante organismos internacionais; e
- Comércio exterior.

Direito Ambiental:

- Licenciamento ambiental, estudos de impacto ambiental e relatórios de impacto ao meio ambiente;
- Obtenção e regularização de licenças e alvarás;
- Passivos ambientais; e
- Planejamento ambiental.

Direito Tributário:

- Interpretação das legislações tributárias federal, estaduais e municipais;
- Análise e consultoria de impostos diretos e indiretos (no Brasil e no exterior);
- Tributação incidente na comercialização da produção de petróleo e gás natural;
- Estratégia e planejamento tributário;
- Regimes especiais e incentivos fiscais;
- REPETRO e REPETRO-SPED; e
- Acompanhamento de procedimentos fiscais nas esferas municipal, estadual e federal.

Direito do Trabalho:

- Obtenção de vistos de trabalho;
- Terceirização;
- Demandas relativas à contratação de terceiros; e
- Acordos coletivos.

Propriedade Intelectual:

- Registro e proteção de marca, patente, direito autoral, nome de domínio, desenho industrial e indicação geográfica no Brasil e exterior; e
- Acordos de confidencialidade.

Atestamos ainda, que tais serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Rio de Janeiro, 21 de Julho de 2023

NILO CUNHA
FURTADO DE
MENDONCA:307840
77720

Assinado de forma digital por
NILO CUNHA FURTADO DE
MENDONCA:30784077720
Dados: 2023.07.24 10:11:50
-03'00'

Nova Técnica Energy Ltda.

Nilo Cunha Furtado de Mendonça

Administrador

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para fins de cadastramento, que SCHMIDT, VALOIS, MIRANDA, FERREIRA & AGEL - ADVOGADOS, inscrito no CNPJ sob o nº 08.761.180/0001-36, estabelecido na Rua Humaitá, nº 275, Edifício Lagoa Corporate, 14º andar, Humaitá, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, 22261-005, prestou para a **GREAT HOLDINGS BRASIL S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 25.205.610/0001-52, com sede na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 400, Sala 1504, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, os serviços jurídicos abaixo especificados, desde de 01/01/2022 até a presente data:

- SERVIÇOS EXECUTADOS

Direito do Petróleo e Gás Natural:

- Regimes de Exploração e Produção no direito brasileiro e comparado;
- Contratos para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural – Concessão;
- Interpretação da legislação brasileira;
- Relacionamento com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”) e outros órgãos reguladores;
- Comercialização de Petróleo e Gás Natural;
- Regime jurídico dos dados e informações sobre as bacias sedimentares brasileiras;
- Leilões para licitação de blocos de Exploração e Produção;
- Gestão dos contratos de Partilha da Produção e de Comercialização de Petróleo e Gás Natural;
- Regime jurídico de sondas de perfuração, navios e plataformas.

Incluindo as experiências específicas em:

- Questões regulatórias relacionadas com a legislação aplicável à exploração e produção de petróleo e gás natural;

- Matérias relacionadas com o direito internacional e comparado voltadas para o setor de petróleo e gás natural;
- Elaboraões, revisões, interpretações e negociações de instrumentos contratuais utilizados no setor de petróleo e gás natural, ou seja, familiaridade com instrumentos contratuais comumente utilizados, tais como modelos da Association of International Petroleum Negotiators - AIPN, ou Rocky Mountain Mineral Law Foundation - RMMLF, ou American Association of Petroleum Landmen - AAPL, ou Canadian Association of Petroleum Landmen – CAPL;
- Contratação de sondas de perfuração, ou FPSOs, ou FSOs, ou LNG tankers, ou OSVs, ou PSVs; e
- Elaboração, revisão, análise e negociação de contratos de afretamento (charter), ou operação e gerenciamento (O&M), ou prestação de serviços técnico de Exploração e Produção.

Direito Administrativo:

- Regime jurídicos das Empresas Estatais (Lei nº 13.303/2016) e programas de integridade e conformidade;
- Licitações e contratos administrativos; e
- Licitações e contratos internacionais.

Incluindo as experiências específicas em:

- Matérias ligadas a licitações e contratos da administração pública (Lei nº 13.303/2016), inclusive organização de licitações; e
- Defesas de impugnações a licitações; e
- Matérias ligadas ao regime jurídico dos servidores da União, das autarquias e das fundações públicas federais (Lei nº 8.112/1990); e
- Matérias ligadas à observância da legislação de improbidade administrativa (Lei 8.429/1992); e

- Questões ligadas à Corregedoria Geral da União (“CGU”) ou ao Tribunal de Contas de União (“TCU”); e
- Contencioso administrativo e judicial.

Direito Civil:

- Contratos privados e administrativos;
- Direitos reais, propriedade e posse; e
- Legislação civil.

Direito Societário:

- Aquisição de empresas, fusão, incorporação e reorganização societária;
- Operações de compra e venda de participações societárias e transferência de ativos;
- Atividades de rotina da sociedade, como constituição, modificação e reorganização;
- Conduta em assembleias de acionistas, reuniões de conselhos de administração;
- Organização dos livros e documentos societários;
- Direitos e obrigações de acionistas; e
- Consultoria quanto ao cumprimento e à evolução das normas e regulamentos que regem a vida jurídica das sociedades.

Mercado de Capitais:

- Questões regulatórias perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”); e
- Mercado de câmbio.

Direito Internacional:

- Representações no exterior;
- Obtenção de vistos de trabalho;
- Manifestação perante organismos internacionais; e
- Comércio exterior.

Direito Ambiental:

- Licenciamento ambiental, estudos de impacto ambiental e relatórios de impacto ao meio ambiente;
- Obtenção e regularização de licenças e alvarás;
- Passivos ambientais; e
- Planejamento ambiental.

Direito Tributário:

- Interpretação das legislações tributárias federal, estaduais e municipais;
- Análise e consultoria de impostos diretos e indiretos (no Brasil e no exterior);
- Tributação incidente na comercialização da produção de petróleo e gás natural;
- Estratégia e planejamento tributário;
- Regimes especiais e incentivos fiscais;
- REPETRO e REPETRO-SPED; e
- Acompanhamento de procedimentos fiscais nas esferas municipal, estadual e federal.

Direito do Trabalho:

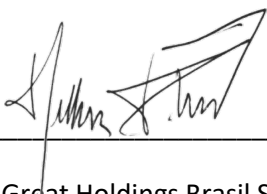
- Obtenção de vistos de trabalho;
- Terceirização;
- Demandas relativas à contratação de terceiros; e
- Acordos coletivos.

Propriedade Intelectual:

- Registro e proteção de marca, patente, direito autoral, nome de domínio, desenho industrial e indicação geográfica no Brasil e exterior; e
- Acordos de confidencialidade.

Atestamos ainda, que tais serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2023



Great Holdings Brasil S.A.

Rubens Botteri Gomes de Castro

Diretor Presidente

Rio de Janeiro, 01 de outubro de 2018.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

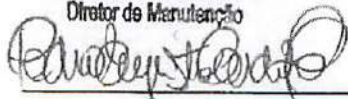
CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO, sociedade anônima brasileira, inscrita no CNPJ sob o nº 10.324.624/0001-18, atesta, para o exclusivo fim de comprovação de experiência nos termos do Edital de Credenciamento IL.PPSA.104/2018, que Anna Paula Barbosa de Carvalho Góes, sócia do escritório de advocacia Schmidt, Valois, Miranda, Ferreira, Agel prestou serviços jurídicos a contento e sem ressalvas na área de Direito Ambiental no período de 2017 a 2018, conforme escopo definido no Edital, a saber:

Direito Ambiental

- Licenciamento ambiental, estudos de impacto ambiental e relatórios de impacto ao meio ambiente;
- Obtenção e regularização de licenças e alvarás;
- Passivos ambientais;
- Créditos de carbono; e
- Planejamento ambiental.

Atenciosamente,

Pedro Augusto Cardoso da Silva
Diretor de Manutenção



Daniel Habib
Diretor de Operações/COO



CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO





PARTICIPAÇÕES E NEGÓCIOS COM ENERGIA
PANERGY PETRÓLEO E GÁS LTDA.

Salvador, 19 de setembro de 2018.

PGY-ACT-010/2018

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Panergy Petróleo e Gás LTDA., sociedade limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 07.119.234/0001-00, atesta, para o exclusivo fim de comprovação de experiência nos termos do Edital de Credenciamento IL.PPSA.104/2018, que o escritório de advocacia Schmidt, Valois, Miranda, Ferreira, Agel prestou serviços jurídicos a contento e sem ressalvas nas áreas de Direito do Petróleo e Gás Natural; Direito Administrativo; Direito Civil; e Direito Societário no período de março de 2008 à presente data de 2018, que podem ser assim resumidos:

Direito do Petróleo e Gás Natural

- Regimes de exploração e produção no direito brasileiro e comparado;
- Contratos para exploração e produção de petróleo e gás natural – concessão;
- Individualização da Produção – acordos e pré-acordos;
- Interpretação da legislação brasileira;
- Relacionamento com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”) e outros órgãos reguladores;
- Consórcios e joint ventures criados para exploração e produção de petróleo e gás natural;
- Conteúdo local;
- Regime jurídico dos dados e informações sobre as bacias sedimentares brasileiras;
- Leilões para licitação de blocos de exploração e produção;
- Regime jurídico de sondas de perfuração;
- Contratos de Afretamento de sondas de perfuração;
- Operação e Gerenciamento (O&M) de sondas de perfuração;
- Contratos de prestação de serviço para a exploração e produção de petróleo e gás natural;

2

- Questões regulatórias relacionadas com a legislação aplicável à exploração e produção de petróleo e gás natural;
- Matérias relacionadas com o direito internacional e comparado voltadas para o setor de petróleo e gás natural;
- Elaboraões, revisões, interpretações e negociações de instrumentos contratuais utilizados no setor de petróleo e gás natural, ou seja, familiaridade com instrumentos contratuais comumente utilizados, tais como modelos da *Association of International Petroleum Negotiators* - AIPN, ou *Rocky Mountain Mineral Law Foundation* - RMMLF, ou *American Association of Petroleum Landmen* - AAPL, ou *Canadian Association of Petroleum Landmen* – CAPL;
- Contratação de sondas de perfuração e
- Elaboração, revisão, análise e negociação de contratos de operação e gerenciamento (O&M), ou prestação de serviços técnico de E&P.

Direito Administrativo

- Licitações e contratos administrativos;
- Procedimento administrativo disciplinar;
- Matérias ligadas a licitações e contratos da administração pública (Lei nº 9.478/1997; nº 13.303/2016 e/ou Lei nº 8.666/1993), inclusive organização de licitações; e
- Defesas de impugnações a licitações;
- Matérias ligadas ao regime jurídico dos servidores da União, das autarquias e das fundações públicas federais (Lei nº 8.112/1990); e
- Matérias ligadas à observância da legislação de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992);
- Questões ligadas à Corregedoria Geral da União (“CGU”) ou ao Tribunal de Contas de União (“TCU”); e
- Contencioso administrativo ou judicial.

Direito Civil

- Contratos privados e administrativos; e
- Legislação civil.

Direito Societário


- Operações de compra e venda de participações societárias e transferência de ativos;
- Elaboração de contratos de alianças e joint-ventures, consórcio, e outros similares;

2

- 3 -

- Atividades de rotina da sociedade, como constituição, modificação e reorganização;
- Conduta em assembleias de acionistas, reuniões de conselhos de administração;
- Organização dos livros e documentos societários;
- Direitos e obrigações de acionistas; e
- Consultoria quanto ao cumprimento e à evolução das normas e regulamentos que regem a vida jurídica das sociedades.

Atenciosamente,



Normando Costa Paes
Sócio Diretor

SQUADRA

PARTICIPAÇÕES

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 2018.

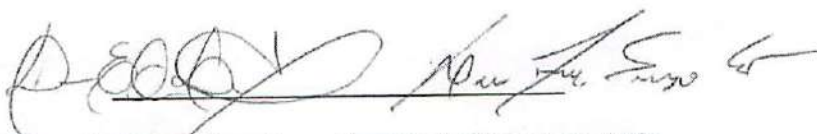
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Squadra Participações- Gestão de Recursos Ltda., sociedade limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 17.528.915/0001-77, atesta, para o exclusivo fim de comprovação de experiência nos termos do Edital de Credenciamento IL.PPSA.104/2018, Eduardo Obino Cirne Lima, inscrito na OAB/RJ sob o nº 59.247, sócio do escritório de advocacia Schmidt, Valois, Miranda, Ferreira, Agel prestou serviços jurídicos a contento e sem ressalvas na área de Direito Societário no período de 2012 a 2018, que podem ser assim resumidos:

Direito Societário

- Aquisição de empresas, fusão, incorporação e reorganização societária;
- Operações de compra e venda de participações societárias e transferência de ativos;
- Atividades de rotina da sociedade, como constituição, modificação e reorganização;
- Conduta em assembleias de acionistas, reuniões de conselhos de administração;
- Organização dos livros e documentos societários;
- Direitos e obrigações de acionistas; e
- Consultoria quanto ao cumprimento e à evolução das normas e regulamentos que regem a vida jurídica das sociedades.

Atenciosamente,



Squadra Participações - Gestão de Recursos Ltda.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2018.

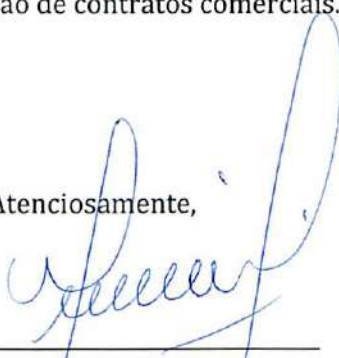
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Heads Propaganda LTDA, sociedade limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 81.070.617/0001-85, atesta, para o exclusivo fim de comprovação de experiência nos termos do Edital de Credenciamento IL.PPSA.104/2018, que Eduardo Obino Cirne Lima, inscrito na OAB/RJ sob o nº 59.247, sócio do escritório de advocacia Schmidt, Valois, Miranda, Ferreira, Agel prestou serviços jurídicos a contento e sem ressalvas na área de Direito Societário no período de 2002 a 2013 que podem ser assim resumidos:

Direito Societário e Direito Civil

- Aquisição de empresas, fusão, incorporação e reorganização societária;
- Operações de compra e venda de participações societárias e transferência de ativos;
- Atividades de rotina da sociedade, como constituição, modificação e reorganização;
- Direitos e obrigações de acionistas e/ou quotista;
- Consultoria quanto ao cumprimento e à evolução das normas e regulamentos que regem a vida jurídica das sociedades;
- Elaboração, revisão e negociação de contratos comerciais.

Atenciosamente,



Heads Propaganda LTDA
Lucelia Moretti Ferreira
Diretora Adm. Financeira

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 2018.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A ABEP-ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE PRODUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 19.844.231/0001-00, atesta, para o exclusivo fim de comprovação de experiência nos termos do Edital de Credenciamento IL.PPSA.104/2018, que Eduardo Obino Cirne Lima, inscrito na OAB/RJ sob o nº 59.247, sócio do escritório de advocacia Schmidt, Valois, Miranda, Ferreira, Agel prestou serviços jurídicos a contento e sem ressalvas na área de Direito Societário no período de dezembro de 2017 até setembro de 2018, que podem ser assim resumidos:

Direito Societário e Direito Civil

- Elaboração e negociação de Estatuto Social envolvendo, entre outras matérias, estruturas de órgãos de administração, direito de voto, obrigações de sócio quotista e etc.;
- Consultoria jurídica sobre os ritos e procedimentos para extinção e liquidação de sociedades civis e associações.

Atenciosamente,



ABEP - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE PROD. E EXPL. DE PETRÓLEO E GÁS
Matias de Oliveira Lopes
Gerente Executivo Jurídico

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 2018.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Seacrest Exploração e Produção de Petróleo LTDA., sociedade limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 28.473.807/0001-60, atesta, para o exclusivo fim de comprovação de experiência nos termos do Edital de Credenciamento IL.PPSA.104/2018, que o escritório de advocacia Schmidt, Valois, Miranda, Ferreira, Agel prestou serviços jurídicos a contento e sem ressalvas nas áreas de Direito do Petróleo e Gás Natural; Direito Civil; Direito Societário; Mercado de capitais; Direito Internacional; Direito Ambiental; Direito Tributário; Direito do Trabalho; e Direito da Propriedade Intelectual no período de 2015 a 2018, que podem ser assim resumidos:

Direito do Petróleo e Gás Natural

- Contratos para exploração e produção de petróleo e gás natural – concessão;
- Interpretação da legislação brasileira;
- Relacionamento com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”) e outros órgãos reguladores;
- Consórcios e joint ventures criados para exploração e produção de petróleo e gás natural;
- Conteúdo local;
- Regime jurídico dos dados e informações sobre as bacias sedimentares brasileiras;
- Leilões para licitação de blocos de exploração e produção;
- Regime jurídico de sondas de perfuração, navios e plataformas;
- Contratos de Afretamento de sondas de perfuração, navios e plataformas;
- Operação e Gerenciamento (O&M) de sondas de perfuração, navios e plataformas;
- Contratos de prestação de serviço para a exploração e produção de petróleo e gás natural;
- Questões regulatórias relacionadas com a legislação aplicável à exploração e produção de petróleo e gás natural; e
- Elaboraões, revisões, interpretações e negociações de instrumentos contratuais utilizados no setor de petróleo e gás natural, ou seja, familiaridade com instrumentos contratuais comumente utilizados, tais como modelos da *Association of International Petroleum Negotiators* - AIPN, ou *Rocky Mountain Mineral Law Foundation* - RMMLF, ou *American Association of Petroleum Landmen* - AAPL, ou *Canadian Association of Petroleum Landmen* - CAPL;
- Contratação de sondas de perfuração, ou FPSOs, ou FSOs, ou LNG tankers, ou OSVs, ou PSVs; e
- Elaboração, revisão, análise e negociação de contratos de afretamento (charter), ou operação e gerenciamento (O&M), ou prestação de serviços técnico de E&P.

Direito Civil

- Auxílio em contratos administrativos;
- Análise da legislação civil.

Direito Societário

- Aquisição de empresas, fusão, incorporação e reorganização societária;
- Operações de compra e venda de participações societárias e transferência de ativos;
- Elaboração de contratos de alianças e joint-ventures, operações de *private equity*, *project finance*, e outras similares;
- Atividades de rotina da sociedade, como constituição, modificação e reorganização;
- Conduta em assembleias de acionistas, reuniões de conselhos de administração;
- Organização dos livros e documentos societários;
- Direitos e obrigações de quotistas; e
- Consultoria quanto ao cumprimento e à evolução das normas e regulamentos que regem a vida jurídica das sociedades.

Mercado de Capitais

- Mercado de câmbio;

Direito Internacional

- Representações no exterior;
- Obtenção de vistos de trabalho;
- Manifestação perante organismos internacionais; e
- Comércio exterior.

Direito Ambiental

- Licenciamento ambiental, estudos de impacto ambiental e relatórios de impacto ao meio ambiente;
- Obtenção e regularização de licenças e alvarás;
- Passivos ambientais;
- Planejamento ambiental.

Direito Tributário

- Interpretação das legislações tributárias federal, estaduais e municipais;
- Análise e consultoria de impostos diretos e indiretos (no Brasil e no exterior);
- Assessoramento tributário especializado na estruturação de projetos nos setores de gás, de petróleo e de construção naval;
- Estratégia e planejamento tributário;
- REPETRO e REPETRO-SPED; e

Direito do Trabalho

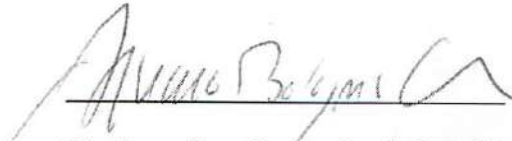
- Obtenção de vistos de trabalho;

- Terceirização;
- Demandas relativas à contratação de terceiros; e

Direito da Propriedade Intelectual

- Acordos de confidencialidade.

Atenciosamente,



Seacrest Exploração e Produção de Petróleo LTDA.

Álvaro Abrão
Administrador



Rio de Janeiro, 9 de outubro de 2018.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Petrocean Comércio Internacional Ltda., sociedade limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 00.797.911/0001-91, atesta, para o exclusivo fim de comprovação de experiência nos termos do Edital de Credenciamento IL.PPSA.104/2018, que o escritório de advocacia Schmidt, Valois, Miranda, Ferreira, Agel prestou serviços jurídicos a contento e sem ressalvas nas áreas de Direito do Petróleo e Gás Natural; Direito Civil; Direito Societário; Mercado de capitais; Direito Internacional; Direito Ambiental; Direito Tributário; Direito do Trabalho; e Direito da Propriedade Intelectual no período de 2010 a 2018, que podem ser assim resumidos:

Direito do Petróleo e Gás Natural

- Interpretação da legislação brasileira;
- Conteúdo local;
- Leilões para licitação de blocos de exploração e produção;
- Contratos de Afretamento de sondas de perfuração, navios e plataformas;
- Operação e Gerenciamento (O&M) de sondas de perfuração, navios e plataformas;
- Contratos de prestação de serviço para a exploração e produção de petróleo e gás natural;
- Questões regulatórias relacionadas com a legislação aplicável à exploração e produção de petróleo e gás natural; e
- Elaboraões, revisões, interpretações e negociações de instrumentos contratuais utilizados no setor de petróleo e gás natural, ou seja, familiaridade com instrumentos contratuais comumente utilizados, tais como modelos da *Association of International Petroleum Negotiators* - AIPN, ou *Rocky Mountain Mineral Law Foundation* - RMMLF, ou *American Association of Petroleum Landmen* - AAPL, ou *Canadian Association of Petroleum Landmen* - CAPL;
- Contratação de sondas de perfuração, ou FPSOs, ou FSOs, ou LNG tankers, ou OSVs, ou PSVs; e
- Elaboração, revisão, análise e negociação de contratos de afretamento (charter), ou operação e gerenciamento (O&M), ou prestação de serviços técnico de E&P.

Direito Civil

- Auxílio em contratos administrativos;
- Análise da legislação civil.



Direito Societário

- Aquisição de empresas, fusão, incorporação e reorganização societária;
- Operações de compra e venda de participações societárias e transferência de ativos;
- Elaboração de contratos de alianças e joint-ventures, operações de *private equity*, *project finance*, e outras similares;
- Atividades de rotina da sociedade, como constituição, modificação e reorganização;
- Conduta em assembleias de acionistas, reuniões de conselhos de administração;
- Organização dos livros e documentos societários;
- Direitos e obrigações de quotistas; e
- Consultoria quanto ao cumprimento e à evolução das normas e regulamentos que regem a vida jurídica das sociedades.

Mercado de Capitais

- Mercado de câmbio;

Direito Internacional

- Representações no exterior;
- Obtenção de vistos de trabalho;
- Manifestação perante organismos internacionais; e
- Comércio exterior.

Direito Tributário

- Interpretação das legislações tributárias federal, estaduais e municipais;
- Análise e consultoria de impostos diretos e indiretos (no Brasil e no exterior);
- Assessoramento tributário especializado na estruturação de projetos nos setores de gás, de petróleo e de construção naval;
- Estratégia e planejamento tributário;
- REPETRO e REPETRO-SPED;

Direito do Trabalho

- Obtenção de vistos de trabalho;
- Terceirização;



- Demandas relativas à contratação de terceiros;

Direito da Propriedade Intelectual

- Acordos de confidencialidade.

Direito Ambiental

- Licenciamento ambiental, estudos de impacto ambiental e relatórios de impacto ao meio ambiente;
- Obtenção e regularização de licenças e alvarás;
- Passivos ambientais;
- Planejamento ambiental.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Ricardo Diz", written over a horizontal line.

Petrocean Comércio Internacional Ltda.

Ricardo Diz
Administrador

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 2018

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Gás Natural Açú S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ sob o nº 11.472.927/0001-40, atesta, para o exclusivo fim de comprovação de experiência nos termos do Edital de Credenciamento IL.PPSA.104/2018, que o escritório de advocacia Schmidt, Valois, Miranda, Ferreira, Agel prestou serviços jurídicos a contento e sem ressalvas na área de Direito do Petróleo e Gás Natural no período de 2015 a 2018, que podem ser assim resumidos:

▪ **Área de Atuação: Direito do Petróleo e Gás Natural**

- Interpretação da legislação brasileira;
- Relacionamento com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, e;
- Estruturação de projetos consoante a legislação aplicável à indústria do gás natural.

Atenciosamente,



Gás Natural Açú S.A.
Guilherme Penteado
Diretor de Regulação

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 2018.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Azibras Exploração e Produção de Petróleo LTDA., sociedade limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 20.672.882/0001-49, atesta, para o exclusivo fim de comprovação de experiência nos termos do Edital de Credenciamento IL.PPSA.104/2018, que o escritório de advocacia Schmidt, Valois, Miranda, Ferreira, Agel prestou serviços jurídicos a contento e sem ressalvas nas áreas de Direito do Petróleo e Gás Natural; Direito Civil; Direito Societário; Mercado de capitais; Direito Internacional; Direito Ambiental; Direito Tributário; Direito do Trabalho; e Direito da Propriedade Intelectual no período de 2015 a 2018, que podem ser assim resumidos:

Direito do Petróleo e Gás Natural

- Contratos para exploração e produção de petróleo e gás natural – concessão;
- Interpretação da legislação brasileira;
- Relacionamento com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP") e outros órgãos reguladores;
- Consórcios e joint ventures criados para exploração e produção de petróleo e gás natural;
- Conteúdo local;
- Regime jurídico dos dados e informações sobre as bacias sedimentares brasileiras;
- Leilões para licitação de blocos de exploração e produção;
- Regime jurídico de sondas de perfuração, navios e plataformas;
- Contratos de Afretamento de sondas de perfuração, navios e plataformas;
- Operação e Gerenciamento (O&M) de sondas de perfuração, navios e plataformas;
- Contratos de prestação de serviço para a exploração e produção de petróleo e gás natural;
- Questões regulatórias relacionadas com a legislação aplicável à exploração e produção de petróleo e gás natural; e
- Elaboraões, revisões, interpretações e negociações de instrumentos contratuais utilizados no setor de petróleo e gás natural, ou seja, familiaridade com instrumentos contratuais comumente utilizados, tais como modelos da *Association of International Petroleum Negotiators* - AIPN, ou *Rocky Mountain Mineral Law Foundation* - RMMLF, ou *American Association of Petroleum Landmen* - AAPL, ou *Canadian Association of Petroleum Landmen* - CAPL;
- Contratação de sondas de perfuração, ou FPSOs, ou FSOs, ou LNG tankers, ou OSVs, ou PSVs; e

- Elaboração, revisão, análise e negociação de contratos de afretamento (charter), ou operação e gerenciamento (O&M), ou prestação de serviços técnico de E&P.

Direito Civil

- Auxílio em contratos administrativos;
- Análise da legislação civil.

Direito Societário

- Aquisição de empresas, fusão, incorporação e reorganização societária;
- Operações de compra e venda de participações societárias e transferência de ativos;
- Elaboração de contratos de alianças e joint-ventures, operações de *private equity*, *project finance*, e outras similares;
- Atividades de rotina da sociedade, como constituição, modificação e reorganização;
- Conduta em assembleias de acionistas, reuniões de conselhos de administração;
- Organização dos livros e documentos societários;
- Direitos e obrigações de quotistas; e
- Consultoria quanto ao cumprimento e à evolução das normas e regulamentos que regem a vida jurídica das sociedades.

Mercado de Capitais

- Mercado de câmbio;

Direito Internacional

- Representações no exterior;
- Obtenção de vistos de trabalho;
- Manifestação perante organismos internacionais; e
- Comércio exterior.

Direito Ambiental

- Licenciamento ambiental, estudos de impacto ambiental e relatórios de impacto ao meio ambiente;
- Obtenção e regularização de licenças e alvarás;
- Passivos ambientais;
- Planejamento ambiental.

Direito Tributário

- Interpretação das legislações tributárias federal, estaduais e municipais;
- Análise e consultoria de impostos diretos e indiretos (no Brasil e no exterior);
- Assessoramento tributário especializado na estruturação de projetos nos setores de gás, de petróleo e de construção naval;
- Estratégia e planejamento tributário;

- REPETRO e REPETRO-SPED; e

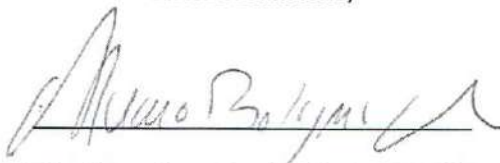
Direito do Trabalho

- Obtenção de vistos de trabalho;
- Terceirização;
- Demandas relativas à contratação de terceiros; e

Direito da Propriedade Intelectual

- Acordos de confidencialidade.

Atenciosamente,



Seacrest Exploração e Produção de Petróleo LTDA.

Álvaro Abrão
Administrador

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

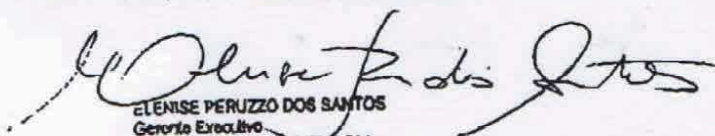
Atestamos, para os fins do Edital da CAIXA nº 2989/7066-2017, que SCHMIDT, VALOIS, MIRANDA, FERREIRA, AGEL - ADVOGADOS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.761.180/0001-36, estabelecido na Rua da Assembleia nº 66, 17ª andar, Centro, cidade e estado do Rio de Janeiro, CEP 20011-000, presta regularmente serviços jurídicos desde 05/07/2012 para CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, situada no endereço SEPN 512 lotes 9e 10, 4ª andar, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, CEP 70.760-500, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços nº 4211/2012 e respectivos Termos Complementares datados de 03/05/2016, 03/03/2017 e 10/03/2017; e do Contrato de Prestação de Serviços nº 4243/2012 e respectivos Termos Complementares de 05/04/2013, 28/10/2013, 25/02/2014 e 10/11/2016, conforme a seguir detalhado:

- **Direito Empresarial, Mercado Financeiro e de Capitais, Direito Internacional e Direito Tributário**

- Em maio de 2017, prestação de assistência jurídica e elaboração de Parecer sobre o acordo de empréstimo entre CAIXA e KfW, Frankfurt am Main ("KfW");
- Em março de 2017, elaboração de Parecer sobre a concessão de aval por pessoa jurídica estrangeira afiliada à Hexion Química do Brasil Ltda.;
- Em maio de 2016, elaboração de Parecer sobre diversas questões societárias acerca da aquisição da Inverall S.A. pela Indústrias Metalúrgicas Pescarmona S.A.I.C.F. na Argentina, e os reflexos dessa aquisição em Acordo de Acionistas e Acordo de Investimentos celebrado no Brasil;
- Em outubro de 2014, elaboração de versão em português de parecer preparado por Strasburger & Price LLP, sob a nossa supervisão e coordenação, em que foram analisados os impactos e riscos da escolha das leis inglesas e em comparação com as leis dos Estados Unidos América, mais especificamente com as de Nova Iorque.
- Em agosto de 2014, elaboração de versão em português do Facility Agreement entre CAIXA e Credit Suisse;
- Em junho de 2014, revisão e comentários à minuta de contrato de venda entre CAIXA e Rio Petróleo SPE S/A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros; e
- Em abril de 2014, elaboração de Parecer a respeito da alienação de ações detidas pela CAIXA nas empresas Visa Inc. e Master Inc., domiciliadas nos Estados Unidos.

Atestamos, ainda, que os serviços acima foram executados satisfatoriamente.

São Paulo, 3 de novembro de 2017


ELENISE PERUZZO DOS SANTOS
Gerente Executivo
Mol: 050.761-8 - OAB/RS 44.514
CEA/118P
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para fins de cadastramento, que SCHMIDT, VALOIS, MIRANDA, FERREIRA & AGEL – ADVOGADOS, inscrito no CNPJ sob o nº 08.761.180/0001-36, estabelecido na Rua Humaitá nº 275, Edifício Lago Corporate, 14º andar, Humaitá, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, 22261-005, prestou para **PETROBORN ÓLEO E GÁS S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 18.957.968/0001-76, com sede na Avenida das Américas, nº 3500, Bloco 7, Sala 101, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, os serviços jurídicos abaixo especificados, no período de maio de 2018 até a presente data:

• SERVIÇOS EXECUTADOS:

- Assistência jurídica em processos de desinvestimento da Petróleo Brasileiro S.A.
 - Petrobras, tais como:
 - (a) Polo Riacho da Forquilha;
 - (b) Polo Ceará;
 - (c) Bacia do Recôncavo;
 - (d) Polo Rio Ventura;
 - (e) Bacia de Sergipe-Terra;
 - (f) Polo Tucano Sul;
 - (g) Polo Bahia Terra;
 - (h) Campo de Tartaruga
- Elaboração de ofertas não vinculantes e vinculantes;
- *Due Diligence* dos ativos e análise jurídica de documentação disponibilizada em *Data Room*, para desinvestimentos e licitações, nas áreas:
 - (a) Direito Administrativo;
 - (b) Direito Ambiental;
 - (c) Direito Societário;
 - (d) Financiamento;
 - (e) Direito Trabalhista;
 - (f) Diretio Regulatório
 - (g) Direito Tributário.
- Negociação de *Sale and Purchase Agreements* com a Petrobras;
- Discussão e revisão de acordos de financiamento de *equity/debt* e pacote adequado de garantias.

Atestamos ainda, que tais serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 2022


Petroborn Óleo e Gás S.A
Marcos Bretz Farina
CEO

Rio de Janeiro, 23 de julho de 2019

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA, empresa pública, com sede em Brasília, inscrita no CNPJ sob o nº 18.738.727/0001-36, e escritório central no Rio de Janeiro inscrita no CNPJ sob o nº 18.738.727/0002-17, atesta, para o exclusivo fim de comprovação de experiência nos termos do Edital de Credenciamento nº 1356/7066-2019, que o escritório de advocacia Schmidt, Valois, Miranda, Ferreira, Agel prestou serviços jurídicos a contento e sem ressalvas na área de Direito Empresarial, no corrente ano.

Atenciosamente,



Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA

Olavo Bentes David

Consultor Jurídico

ATESTADO

PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro à Rua Correia Vasques, nº 250, Cidade Nova, CEP 20211-140, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (“**CNPJ/ME**”) sob o nº 34.274.233/0001-02 (“**BR Distribuidora**”) atesta para os devidos fins o escritório **Schmidt Valois Miranda Ferreira & Agel (“SVMFA”)** assessorou legalmente a BR Distribuidora na operação de aquisição do controle do “Grupo Targus”, composto pelas empresas Targus Comercializadora de Energia S.A. e a Targus Serviços de Energia Ltda., conforme Fatos Relevantes de 26 de novembro de 2020 e de 02 de fevereiro de 2021. A assessoria legal do SVMFA teve como responsáveis técnicos os sócios Paulo Valois Pires e Eduardo Cirne de Lima e compreendeu as etapas de negociação, auditoria legal e aspectos de governança e mercado de capitais.

Rio de Janeiro, 02 de junho de 2021.

ENRICO
SEVERINI
ANDRIOLO

Assinado de forma
digital por ENRICO
SEVERINI ANDRIOLO
Dados: 2021.06.03
14:14:01 -03'00'

Enrico Severini Andriolo
Gerente Jurídico Societário




Rio de Janeiro, 04 de junho de 2021.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ENGIE BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade limitada, com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, 231, 22º andar (parte), centro CEP 20.030-905, inscrita no CNPJ sob o nº 01.370.013/0001-15, atesta, para o exclusivo fim de atestação de capacidade técnica, que Schmidt, Valois, Miranda, Ferreira & Agel Advogados, sociedade de advogados inscrita no CNPJ sob o nº 08.761.180/0001-36, foi um dos assessores da signatária no processo de *due diligence* legal e aquisição do controle de TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A. – TAG, concluído em 2019.

Atenciosamente,

DocuSigned by:

B2F98E8555FC462...

ENGIE BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.

Nome: Alan Duque Estrada Parker

Cargo: Advogado Sênior de Fusões e Aquisições

Atestado de Capacidade Técnica

Para fins exclusivos de atestação de capacidade técnica, atestamos que Schmidt Valois Miranda Ferreira Agel – Advogados assessorou a INPEX Offshore North Campos Ltd. no processo de venda do controle de Frade Japão Petróleo LTDA. concluído em 2018.

Rio de Janeiro, 7 de junho de 2021.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Ma. A. F. Webler', is written over a horizontal line.

INPEX Petróleo Santos Ltda.
Marco Antonio Ferreira Webler
Administrador

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA


Atestamos, para fins de cadastramento, que SCHMIDT, VALOIS, MIRANDA, FERREIRA & AGEL – ADVOGADOS, inscrito no CNPJ sob o nº 08.761.180/0001-36, estabelecido na Rua Humaitá nº 275, Edifício Lago Corporate, 14º andar, Humaitá, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, 22261-005, prestou para **INPEX PETRÓLEO SANTOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.596.015/0001-76, com sede na Rua Lauro Muller, nº 116, sala 601, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, os serviços jurídicos abaixo especificados, a partir do ano de 2012.

• SERVIÇOS EXECUTADOS:

- Exame de consultas em assuntos de direito societário, contratual, trabalhista e tributário de interesse da signatária;
- Opinião jurídica sobre a aquisição de ativos detidos por empresa em recuperação judicial;
- Assistência jurídica em rodadas de licitação promovidas pela ANP para aquisição de ativos em exploração;
- Análise de questões jurídicas em matéria cível, societária e de legislação trabalhista e tributária oriundas de *Joint Operating Agreements* e consórcio;
- Revisão das normas e políticas internas em matéria de legislação trabalhista e *compliance*.

Atestamos, ainda, que tais serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 2022



INPEX Petróleo Santos Ltda.
Marco Antonio Ferreira Weblar
Administrador



**TERMO DE PROCESSO DE CREDENCIAMENTO - TPC 1/2022-FS
ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA**

COMUNICADO 6

Prezados Senhores,

1. Nos termos do item 4.3 do **TERMO DE PROCESSO DE CREDENCIAMENTO – TPC 0001/2022-FS**, informa-se por este Comunicado a **CONCLUSÃO** do PROCESSO DE CREDENCIAMENTO DE ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA.
2. Diante disso, apresenta-se a seguinte relação de Escritórios habilitados/credenciados para a modalidade **CONTENCIOSO DE MASSA**:

ESCRITÓRIOS HABILITADOS PARA A MODALIDADE CONTENCIOSO DE MASSA
PAGLIARINI E MORALES ADVOGADOS ASSOCIADOS
MARTINS E BRUM ADVOGADOS
ANTONIO AUGUSTO PIRES BRANDÃO
WAMBIER YAMASAKI BEVERVANÇO E LOBO
MARCONES GONÇALVES ADVOGADOS ASSOCIADOS
QUEIROGA, VIEIRA, QUEIROZ E RAMOS ADVOCACIA
NELSON TOMAZ BRAGA

3. Ademais, foram habilitados/credenciados para a modalidade **ESTRATÉGICO CONSULTIVO** os seguintes Escritórios:

ESCRITÓRIOS HABILITADOS PARA A MODALIDADE ESTRATÉGICO/CONSULTIVO	ÁREAS DE ATUAÇÃO
MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES ADVOGADOS & ASSOCIADOS (MDR ADVOCACIA)	Direito Societário, Arbitral, Tributário, Civil, Regulatório, Imobiliário, Constitucional e Criminal.
ADVOCACIA FERNANDES ALVES CANDEIA	Direito Societário, Tributário e Civil (contratual e empresarial).
ALBUQUERQUE MELO ADVOGADOS	Direito Societário, arbitral, civil, regulatório e imobiliário.
ALLEGRETTI ADVOGADOS	Direito Tributário.
ALLEMAND CONSULTORIA E ADVOCACIA EMPRESARIAL	Direito Tributário Civil e Regulatório.



ALOISIO ZIMMER ADVOGADOS ASSOCIADOS	Direito Civil (Contratual e Empresarial) e regulatório.
ANDRE GODOY SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	Direito Criminal.
ARAUZ & ADVOGADOS	Direito Civil (Contratual e Empresarial).
BARBOSA DE SÁ, MARRA E ALENCASTRO ADVOGADOS ASSOCIADOS	Direito Criminal, Civil (contratual e empresarial) e regulatório.
CASTELO BRANCO	Direito Criminal.
COSTA PASSARELLA & ACCIOLY ADVOGADOS	Direito Civil (contratual e Empresarial).
COVAC Sociedade de Advogados	Direito Civil (Contratual/Empresarial), Constitucional e Tributário.
DEBORA DIHL OHLWEILER SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	Direito Civil (contratual e empresarial)
FERREIRA E CHAGAS ADVOGADOS	Direito Tributário e cível (contratual e empresarial).
GASPARINI NOGUEIRA DE LIMA E BARBOSA SOCIEDADE DE ADVOGADOS – RJ	Direito Societário, Arbitral e Tributário.
GASPARINI NOGUEIRA DE LIMA E BARBOSA SOCIEDADE DE ADVOGADOS – SP	Direito Societário, Arbitral e Tributário.
KERSEVANI E BARBALHO ADVOGADOS	Direito Societário, Arbitral, (Civil contratual/Empresarial), Regulatório e Imobiliário.
LIMA E MOREIRA ADVOCACIA	Direito Tributário, Civil e Imobiliário.
LINHARES E ADVOGADOS ASSOCIADOS	Direito Tributário.
LUCIO TEIXEIRA DOS SANTOS ADVOGADOS	Direito Societário, (Civil contratual/Empresarial), Imobiliário e Constitucional.
LUIZ ALBERTO POLO ADVOGADO	Direito Civil (contratual) e imobiliário.
MACHADO MEYER ADVOGADOS	Direito Societário; Arbitral; Tributário; Civil (contratual/empresarial); regulatório; imobiliário e Previdenciário.
MANHEIMER PEREZ E LYRA ADVOGADOS	Direito Civil (Contratual/Empresarial).
MARCONES GONÇALVES ADVOGADOS ASSOCIADOS	Direito Civil (contratual).
MARCOS VINICIUS DE SOUZA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	Direito Tributário, Civil e Imobiliário.
MASSONETO HORTA E BACHUR ADVOGADOS	Direito Regulatório.
MEDINA OSÓRIO	Direito Civil (contratual e empresarial); Regulatório; Constitucional e Criminal.
MENEZES COSTA ADVOGADOS ASSOCIADOS	Direito Tributário.
MESSINA LENCIONI	Civil (Contratual/Empresarial), societário, constitucional, tributário, arbitragem, previdenciário e trabalhista.



MONTEIRO NASCIMENTO ADVOGADOS	Direito Civil (contratual e empresarial).
NELSON TOMAZ BRAGA	Direito Societário, arbitral, tributário, civil, regulatório, imobiliário e constitucional.
OLIVEIRA E ANTUNES	Direito Societário; tributário; civil; imobiliário; constitucional e criminal.
PAGLIARINI E MORALES ADVOGADOS ASSOCIADOS	Direito Previdenciário.
PALHEIRO E COSTA SOCIEDADE DE ADVOGADOS	Direito Tributário, Civil (Contratual e Empresarial), Constitucional, Criminal. Embora não tenha sido solicitado no TPC o escritório também demonstrou experiência em Direito Administrativo.
PASSARELLA & ROHR ADVOGADOS ASSOCIADOS	Direito Civil (contratual e Empresarial).
PIUCO PIZZOLOTTO, CEZIMBRA E SEQUEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS	Direito Civil (Contratual/Empresarial)
QUEIROGA, VIEIRA, QUEIROZ E RAMOS ADVOCACIA	Direito Civil (contratual e empresarial), tributário e regulatório.
ROCHA SCHMIDT	Direito Imobiliário, Tributário, Civil e Arbitragem
SCHMIDT VALOIS MIRANDA FERREIRA & AGEL ADVOGADOS	Direito Societário, Tributário e Civil (Empresarial).
SCHNEEBELI, GIMENES, MORAES E PEPE ADVOGADOS	Direito Civil (contratual e empresarial).
SIMONETTI E PAIVA ADVOGADOS	Direito Tributário, Civil, Imobiliário e Criminal.
SOUZA MONTEIRO E BRITO ADVOGADOS ASSOCIADOS	Direito Civil.
TAUIL E CHEQUER	Direito Societário, Arbitral, Tributário, Civil, Regulatório, Imobiliário e Constitucional.
TORRES CORREA OLIVEIRA	Direito Previdenciário.
TORTORO MADUREIRA	Direito Societário, Tributário, Civil, Imobiliário e Constitucional.
VIEIRA E SERRA ADVOGADOS ASSOCIADOS	Direito Societário.
VIVEIROS ADVOGADOS	Direito Imobiliário, Tributário e Civil (Contratual e Empresarial).
WAMBIER YAMASAKI BEVERVANÇO E LOBO	Direito Tributário, Civil, Regulatório, Imobiliário, constitucional e Previdenciário.



4. Isto posto, conforme já exposto no item 5.2., do TPC 001/2022 – FS, será emitido e encaminhado aos escritórios aqui listados o Termo de Credenciamento.
5. O envio do referido Termo será realizado, oportunamente, pela Gerência Jurídica da FUNCEF, e dispensa qualquer contato prévio pelos Escritórios Credenciados.
6. Nos termos do item 4.4, do TPC 001/2022-FS, a habilitação neste Credenciamento terá validade de 12 (doze) meses, prorrogável a critério da FUNCEF, **não gerando o direito à contratação**, que somente ocorrerá se e quando houver a necessidade do serviço, determinada exclusivamente pela FUNCEF.
7. Ficam ratificadas todas as demais condições anteriormente divulgadas.

Brasília, 10 de novembro de 2022.

Coordenação de Pessoas, Compras e Contratos



**CONTRATO Nº 06650/2022 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS E/OU
CONSULTORIA EM DIREITO ESTRANGEIRO**

Pelo presente instrumento particular, a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, criada pelo Decreto-Lei 759, de 12 de agosto de 1969, alterado pelo Decreto-lei 1.259, de 19 de fevereiro de 1973, por intermédio de sua Centralizadora Nacional de Contratações em Brasília, CECOT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.360.305/5614-83, situada no SBS Quadra 1, Bloco L, 7º Andar – Asa Sul, CEP 70.070-110, neste ato representada pelo Coordenadora de Centralizadora, **Flauber Anderson Gois Silva**, inscrito no CPF sob nº 651.340.873-34 e portador da cédula de identidade RG 98002365708 SSP/CE, conforme poderes estabelecidos no subestabelecimento de procuração Livro 020, páginas 066 a 066V – 2º Traslado, Protocolo 07389 – do 4º Ofício de Notas – 2º RTD, da Comarca de Fortaleza/CE, doravante denominada CONTRATANTE, de um lado e, de outro, **SCHMIDT, VALOIS, MIRANDA, FERREIRA & AGEL – ADVOGADOS**, sediada na Rua Humaitá nº 275 – Edifício Lagoa Corporate, 14º Andar – Humaitá – Rio de Janeiro/RJ CEP 22.161-005, registrado na OAB/RJ sob o nº 008.779/2007 e CNPJ nº 08.761.180/0001-36, neste ato por seus sócios **Paulo Valois Pires**, portador da OAB/RJ nº 64641 e inscrito no CPF sob nº 865.813.177-72, **Rogério Sobral de Miranda**, portador da OAB/RJ nº 64109 e inscrito no CPF sob o nº 888.008.657-04, doravante denominada CONTRATADA, ajustam entre si o presente Contrato, segundo as disposições constantes da Lei nº 13.303, de 30.06.2016, com as alterações posteriores, Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA e legislação correlata aplicável, do Edital nº 1356/7066-2019 e seus Anexos e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

A CONTRATADA prestará serviços de natureza jurídica à CONTRATANTE, sem qualquer condição de exclusividade, vinculados a(s) **Área de Atuação IV, V, VI, VII, IX, XII, XIV, XVI, XVII e XVIII**, na Modalidade Consultiva, especificada(s) abaixo:

- (I) Área de Atuação **IV**: Direito Econômico
- (II) Área de Atuação **V**: Direito Internacional
- (III) Área de Atuação **VI**: Direito Ambiental
- (IV) Área de Atuação **VII**: Direito Tributário
- (V) Área de Atuação **IX**: Direito Trabalhista
- (VI) Área de Atuação **XII**: Direito Administrativo
- (VII) Área de Atuação **XIV**: Direito Civil
- (VIII) Área de Atuação **XVI**: Recuperação Extrajudicial, Judicial e Falências
- (IX) Área de Atuação **XVII**: Direito de Infraestrutura
- (X) Área de Atuação **XVIII**: Procedimentos Arbitrais

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CAIXA

São obrigações da CAIXA:

- I. fornecer todos os subsídios necessários ao desempenho da atividade da CONTRATADA encaminhando os documentos necessários à adequada realização dos serviços;
- II. disponibilizar os recursos necessários para o pagamento das despesas judiciais que se fizerem necessárias à condução das ações (custas, emolumentos, honorários periciais, preparos, taxas, despesas de locomoção de Oficiais de Justiça, editais, depósitos para fins de recurso etc.), previamente solicitados e autorizados;
- III. efetuar a distribuição dos serviços entre as Sociedades Contratadas observando a equidade e as Áreas de Atuação para as quais se qualificaram, na forma prevista no Edital;
- IV. notificar formalmente a CONTRATADA de qualquer irregularidade identificada no serviço prestado, oportunizando direito de justificativa;
- V. exercer a fiscalização e acompanhamento do contrato por meio do representante especialmente designado.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, além das previstas no Edital e seus Anexos:

- I. seguir as diretrizes técnicas da CONTRATANTE, à qual se reportará, se necessário, bem como as disposições legais e regulamentares e as instruções baixadas pela CONTRATANTE, sem que isso se constitua em restrição à sua independência profissional;
- II. comunicar imediata e tempestivamente, por escrito, à CONTRATANTE, a existência de impedimento de ordem ética ou legal em prestar o serviço que lhe foi demandado;
- III. observar o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para ajuizar a ação adequada, contados do recebimento do expediente, quando for o caso, salvo determinação em contrário da CONTRATANTE, encaminhando à Unidade Jurídica comprovação da petição inicial devidamente protocolizada e da guia de custas;
- IV. envidar esforços, durante a fluência de tal prazo, no sentido de buscar a solução amigável do objeto da demanda;
- V. preencher ficha de Dados e Instalações, conforme modelo, que deve ser firmada pelo representante legal da Sociedade, para posterior vistoria pela CAIXA.
- VI. solicitar o correspondente substabelecimento de mandato específico sempre que for necessário para o cumprimento das obrigações contratadas;
- VII. repassar aos advogados empregados da CONTRATANTE, via ADVOCEF, o percentual sobre os honorários que vier a receber quando houver incidência de rateio, nas hipóteses previstas neste Contrato;
- VIII. analisar e avaliar eventuais reflexos da sucumbência, à vista do valor atribuído à causa em ações ajuizadas por terceiros, oferecendo a respectiva impugnação, se for o caso, de forma a evitar oneração desnecessária da CONTRATANTE;
- IX. propor a ação mais adequada após a análise dos documentos que lhe forem remetidos, tais como execução, busca e apreensão, ordinária de cobrança, monitória, dentre outras,

e propor também as medidas cautelares necessárias (arresto, sequestro, etc.), com a tempestiva necessária para obtenção do êxito;

X. receber os documentos que lhe forem encaminhados pelas Unidades da CONTRATANTE, por meio físico ou digital, assinando os protocolos respectivos;

XI. manter rigoroso controle sobre os prazos estabelecidos neste Contrato, bem como cumprir diligentemente os prazos judiciais na forma da lei;

XII. efetivar depósitos e pagamento de custas e despesas processuais, solicitando antes, querendo, os recursos necessários à CONTRATANTE com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas;

XIII. levantar depósitos judiciais em favor da CONTRATANTE, nos processos em que detiver procuração, através de cheque nominativo à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ou por meio de transferência contábil, providenciando seu recolhimento ou depósito em Unidade da CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do levantamento ocorrido, prestando conta de tais diligências à Unidade Jurídica da CONTRATANTE;

XIV. receber os valores por conta de créditos da CONTRATANTE perante terceiros, através de cheque nominativo à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, providenciando seu recolhimento ou depósito em Unidade da CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do recebimento, prestando contas da mesma forma estabelecida no item anterior;

XV. fornecer relatórios mensais, conforme modelo e conteúdo definidos pela CONTRATANTE, sobre o andamento dos feitos sob sua responsabilidade, até o 5º dia útil do mês subsequente, se outro prazo não for definido, juntamente com as principais peças produzidas ou juntadas ao processo no período, na forma que for solicitada, devendo, quando solicitado, prestar informes adicionais, quer à Unidade Jurídica da CONTRATANTE, quer à Unidade originária da operação objeto da demanda, comparecendo às instalações da CONTRATANTE sempre que necessário;

XVI. digitalizar documentos, acessar e prestar informações diariamente às unidades da CAIXA, quando solicitado, mediante sistema de informática ou banco de dados disponibilizado ou indicado, pela internet ou outro meio eletrônico de comunicação, conforme definição da CAIXA ou dos Tribunais.

XVII. informar à Unidade da CONTRATANTE originária da demanda, com antecedência mínima de 10 dias, as datas das audiências e das praças ou leilões designados, solicitando tempestivamente a nomeação de prepostos, indicação de testemunhas, avaliação administrativa de imóveis, e o que mais for necessário para a boa condução dos processos;

XVIII. indicar Assistente Técnico para atuar nas perícias judiciais, cujo nome deverá ser solicitado à Unidade da CONTRATANTE originária da demanda com a tempestividade necessária;

XIX. comunicar ao Jurídico da CONTRATANTE a frustração da cobrança judicial, comprovando o esgotamento das medidas cabíveis para a localização dos devedores ou de bens passíveis de penhora em seu nome, solicitando autorização para requerer a suspensão do processo;

XX. suportar as eventuais condenações de multas decorrentes da aplicação do artigo 18 do Código de Processo Civil e seus parágrafos, salvo nos casos em que as mesmas sejam decorrentes de atos praticados sob orientação específica da própria CONTRATANTE;

XXI. observar, na atuação, os princípios e regras definidos na Lei n. 8.078, de 11.09.90, especialmente os dos artigos 42 caput e parágrafo único, e 52, parágrafo primeiro;

XXII. suportar por sua conta exclusiva, exceto se houver remuneração ou ressarcimento previsto na Tabela de Remuneração, todas as despesas com os tributos, tarifas, contribuições sociais, encargos trabalhistas, inclusive relativos a acidentes de trabalho e por descumprimento das Normas de Medicina e Segurança do Trabalho, prêmios de seguro e outras despesas decorrentes da execução dos serviços objeto da contratação, nelas incluídas reprografias, transporte e hospedagem de seus advogados e prepostos eventualmente deslocados para este fim, digitalização, equipamentos, serviços, demais medidas e insumos necessários para o acompanhamento e prestação de informações do processo judicial, eletrônico ou não, bem como para a transferência e alimentação de dados e para a CAIXA.

XXIII. não utilizar o nome da CONTRATANTE, ou sua qualidade de prestador de serviço para a mesma, em qualquer modo de divulgação de suas atividades como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios, impressos etc.;

XXIV. não se pronunciar em nome da CONTRATANTE a órgãos da imprensa, sobre quaisquer assuntos relativos às atividades da mesma, bem assim sobre os processos que patrocina;

XXV. não utilizar, fora dos serviços contratados, nem divulgar ou reproduzir os normativos, documentos e materiais encaminhados pela CONTRATANTE;

XXVI. observar os princípios de ordem ética e moral insculpidos no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil;

XXVII. disponibilizar ou encaminhar para a CONTRATANTE, em meio físico ou digital, peças processuais e demais elementos para fins de supervisão técnica dos trabalhos, na forma que lhe for solicitada;

XXVIII. informar à CONTRATANTE sobre a existência de recurso autuado na instância recursal, antes do início do curso de prazo judicial, quando se tratar de Sociedade Contratada que tenha optado para que a fase recursal seja acompanhada pelos advogados empregados da CONTRATANTE;

XXIX. informar de imediato à Unidade da CONTRATANTE originária da demanda a ocorrência de ato processual relevante e/ou urgente que gere a necessidade de alguma providência por parte da CONTRATANTE;

XXX. devolver em 24 (vinte e quatro) horas ou em outro prazo que for definido, os documentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, especialmente quando houver cancelamento da distribuição do serviço/processo.

XXXI. manter, durante o prazo contratual, todas as condições de cadastramento e habilitação parcial no SICAF, bem como as demais qualificações exigidas neste Contrato e no Edital;

XXXII. dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CAIXA, no tocante à execução do serviço, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Contrato.

XXXIII. responder, na qualidade de fiel depositária, por toda a documentação que lhe for entregue pela CONTRATANTE até a extinção do processo, revogação do mandato ou solicitação expressa de devolução efetuada pela CONTRATANTE, obrigando-se a restituí-la.

XXXIV. apresentar, quando solicitado pela CONTRATANTE, certidões de ações cíveis, em nome da Sociedade e de todos seus sócios, e criminais em nome dos sócios,

expedidas pelos Cartórios de Distribuição da Justiça Federal e Estadual de onde, respectivamente, têm sede e exercem regularmente suas atividades, observada a necessidade de informação individualizada no caso de existência de ações

XXXV. apresentar mensalmente todas as Notas Fiscais específicas, até o 2º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, prorrogando-se o prazo de pagamento na mesma proporção de eventual atraso ocorrido na entrega da nota fiscal, acompanhadas dos comprovantes em meio físico ou digital dos serviços realizados.

XXXVI. providenciar a assinatura de Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, anexo a este contrato, de seus sócios, advogados, empregados e associados que tiverem acesso a sistemas e informações internas da CAIXA.

XXXVII. manter uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação e o interesse público, observando com rigor as premissas norteadoras de comportamento estabelecidas no Código de Conduta do Fornecedor CAIXA, entregue à Contratada no ato da assinatura deste instrumento contratual.

XXXVIII. aceitar alterações das condições dos serviços inicialmente pactuados no caso de eventuais mudanças estruturais da CAIXA quando essas não trouxerem impactos no equilíbrio financeiro do contrato, ou negociar com a CAIXA caso seja demonstrado impactos.

XXXIX. tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente, bem como adotar as medidas pertinentes no seu âmbito de atuação e influência, para combater a prática de atos lesivos à Administração Pública.

XL. observar estritamente a vedação ao nepotismo, nos termos da declaração anexa, que integra este contrato.

XLI. executar com exatidão o SERVIÇO que lhes for distribuído, sob pena de responsabilidade, na forma da lei;

XLII. não prestar, por seus representantes, qualquer serviço que possa configurar conflito de interesses ou contrariar a ética profissional;

XLIII. facultar à CAIXA a indicação de advogados do seu quadro de profissionais para o acompanhamento dos trabalhos relativos ao SERVIÇO contratado, em todas as suas fases, devendo prestar as informações e os esclarecimentos solicitados;

XLIV. designar para a execução dos SERVIÇOS membros de sua equipe técnica formada por profissionais em conformidade com as exigências dos serviços e com os perfis adequados, nos termos do EDITAL;

XLV. substituir, no menor prazo possível, qualquer integrante de sua equipe que não estiver executando os SERVIÇOS de forma adequada, a critério da CAIXA, por outro de qualificação equivalente ou superior;

XLVI. promover o repasse de conhecimento quanto ao SERVIÇO aos novos profissionais dos CONTRATADOS, em caso de substituição dos responsáveis pela execução de serviços em andamento, minimizando o prejuízo à continuidade e qualidade dos serviços;

XLVII. observar, durante a execução dos SERVIÇOS contratados, as leis pertinentes durante a execução deste CONTRATO, sendo responsável pelas infrações que venham a ser cometidas, e para as quais a CAIXA não der causa, convencendo-se, desde já, que a CAIXA poderá descontar de qualquer crédito devido ao CONTRATADO a

CRED 1356/7066-2019

Contrato nº 06650/2022

SICLG 49878

importância correspondente a eventuais pagamentos desta natureza que a CAIXA venha efetuar por imposição legal;

XLVIII. prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que vierem a ser solicitados pela CAIXA no curso deste CONTRATO, no prazo assinalado pela CAIXA;

XLIX. manter, durante a vigência deste CONTRATO, representante no Brasil com poderes expressos para receber todo tipo de comunicação judicial ou extrajudicial e responder administrativa ou judicialmente;

L. solicitar prévia e expressa autorização da CAIXA para qualquer tipo de propaganda ou publicidade dos serviços executados pelos CONTRATADOS.

LI. solicitar à CAIXA, em prazo hábil, as providências que dependam de sua atuação relativas à execução do SERVIÇO;

LII. solicitar à CAIXA a autorização expressa e prévia para a celebração de acordos, desistências, renúncia, transação ou outros atos que possam dar termo à operação e/ou processo relacionado ao SERVIÇO.

LIII. Solicitar à CAIXA prévia anuência à alteração do coordenador designado para a execução do serviço informando o nome do novo coordenador e sua qualificação técnica;

LIV. manter atualizada junto à CAIXA a relação de advogados e demais profissionais que integram a equipe do CONTRATADO, bem como das localidades onde possui representação ou filiais;

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DAS DESPESAS REEMBOLSÁVEIS E DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor global da contratação dependerá da complexidade do serviço e do tempo despendido para a execução.

Parágrafo Primeiro - Os valores homem/hora apresentados incluem todos e quaisquer tributos e/ou encargos (inclusive trabalhistas e previdenciários) devidos pelo Contratado, além dos custos com viagem, deslocamento, alimentação, comunicação e demais despesas administrativas.

Categoria	Direito Brasileiro	Direito Estrangeiro
Sócio Fundador	R\$ 1.368,75	US\$ 1.324,44
Sócio	R\$ 1.059,75	US\$ 1.133,47
Sênior	R\$ 841,75	US\$ 899,72
Pleno	R\$ 632,67	US\$ 620,17
Júnior	R\$ 481,41	US\$ 437,00

Parágrafo Segundo – São consideradas como despesas reembolsáveis aquelas despesas e custos de caráter administrativo ou legal incorridas pelo CONTRATADO e diretamente relacionadas à execução do SERVIÇO, desde que prévia e expressamente autorizadas pela CONTRATANTE, aí incluídas as despesas com fotocópias,

autenticações, certidões cartorárias, traduções juramentadas, correio, despesas com formalização de documentos, custas e emolumentos.

Parágrafo Terceiro – Não são passíveis de reembolso os tributos e/ou encargos (inclusive trabalhistas e previdenciários) devidos pelo contratado em decorrência da prestação dos serviços, além dos custos com viagem, deslocamento, alimentação, comunicação e correio.

Parágrafo Quarto - A CONTRATADA será reembolsada do respectivo valor por meio de crédito na conta, mediante a entrega do respectivo comprovante original, vedada a aceitação de cópia.

Parágrafo Quinto – As publicações de editais judiciais, providenciadas pela CONTRATADA, devem ser feitas diretamente com os órgãos de imprensa, sem a intermediação de empresas publicitárias, como forma de minimizar custos.

Parágrafo Sexto – Cada pagamento será efetuado pela CAIXA em favor do CONTRATADO contra a apresentação de nota fiscal ou fatura, em que conste, obrigatoriamente:

- a) o nome e o endereço completo do CONTRATADO;
- b) o número deste CONTRATO;
- c) o nome e/ou código atribuído ao SERVIÇO;
- d) identificação do CAIXA;
- e) a descrição dos serviços faturados, indicando o número de horas trabalhadas por profissional, consoante os diversos níveis de profissionais envolvidos no SERVIÇO;
- f) o valor total dos honorários;
- g) o valor total das despesas cujo reembolso é permitido, anexando os respectivos comprovantes;

Parágrafo Sétimo - Os pagamentos serão efetuados pela CAIXA, no 12º (décimo segundo) dia útil do mês subsequente ao da efetiva prestação dos serviços, mediante a prévia apresentação das correspondentes notas fiscais até o 2º dia útil do mês subsequente ao da efetiva prestação dos serviços, juntamente como os comprovantes da realização dos respectivos serviços.

Parágrafo Oitavo - Nenhum pagamento eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pelos seus atos e tampouco implicará a aceitação dos serviços.

Parágrafo Nono - A qualquer tempo a CONTRATANTE fica autorizada a compensar ou debitar na conta corrente da CONTRATADA, valores devidos a título de restituição ou reparação de danos, tais como pagamentos indevidos, recolhimentos indevidos de custas processuais e prejuízos causados pela condução irregular dos processos (perda de prazos, deserção, etc.).

Parágrafo Décimo - Se, por qualquer motivo, a CONTRATADA deixar de patrocinar a causa, inclusive na hipótese de solicitação de processos pela CONTRATANTE ou de rescisão contratual, a CONTRATADA fará jus apenas à remuneração correspondente aos atos efetivamente praticados ou às fases atingidas, não fazendo jus a futuros e eventuais honorários que vierem a ocorrer no curso da demanda.

Parágrafo Décimo Primeiro - Os atos processuais deprecados, quando positivados, serão pagos exclusivamente à Sociedade Contratada responsável pelo seu cumprimento.

Parágrafo Décimo Segundo - Na realização de atos nas localidades que sejam sede de Justiça Federal, ou sede da CONTRATADA, não haverá remuneração por deslocamento, salvo na hipótese prevista no subitem 2.2 do Anexo I – Termo de Referência.

Parágrafo Décimo Terceiro - A remuneração por deslocamento, prevista no item V dos Anexos VIII e IX do Edital, é cumulativa com a do respectivo ato processual realizado, devendo ser cobrada mediante Nota Fiscal.

Parágrafo Décimo Quarto - Após a efetiva entrega da cobrança para a CONTRATADA, ajuizada ou não a ação, poderá:

- a) a CONTRATANTE receber diretamente dos devedores, total ou parceladamente, o valor de seus créditos confiados à CONTRATADA, ouvindo-a previamente acerca da existência de óbices jurídicos;
- b) a CONTRATADA negociar o pagamento diretamente com o devedor, ouvindo-se a CONTRATANTE para fins de formalização do contrato de renegociação ou acordo judicial, conforme o caso, observado o disposto no item 2.18 do Termo de Referência – Anexo I.

Parágrafo Décimo Quinto - Em qualquer destas hipóteses, são devidos honorários advocatícios à CONTRATADA no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor efetivamente recuperado.

Parágrafo Décimo Sexto – Nos processos em que os honorários forem fixados judicialmente, o percentual devido é aquele fixado na decisão transitada em julgado, no processo principal e/ou nas ações incidentes e englobam, também, eventuais honorários devidos pelo devedor em razão de quaisquer outras ações que tenham por objeto a mesma dívida, notadamente embargos à execução.

I - O percentual acima fixado incide exclusivamente sobre o valor efetivamente recuperado em cada caso, e na medida e proporção exata em que os pagamentos, se parcelados, forem sendo feitos à CONTRATANTE.

Parágrafo Décimo Sétimo - No caso de execução de imóvel financiado pelo SFH ou SH, ou ainda nos casos das ações de recuperação de crédito fundadas no instituto da alienação fiduciária de créditos imobiliários, os percentuais devidos sobre acordo amigável incidirão apenas e tão somente sobre o valor do débito em atraso efetivamente recuperado, observada a possibilidade dispensa, conforme a orientação da CONTRATANTE, de honorários em execuções relativas a contratos habitacionais contraídos por mutuários com renda familiar de até três salários mínimos e/ou execuções relativas a contratos de financiamento e refinanciamento para produção de habitação popular com recursos do FGTS, destinados a famílias de baixa renda.

Parágrafo Décimo Oitavo - Não havendo acordo, e prosseguindo a execução até final arrematação pela CONTRATANTE ou adjudicação do bem penhorado, que dependerá de autorização prévia da CONTRATANTE, o percentual devido será de 3,5 %, que serão calculados sobre o valor do lance, da adjudicação ou da avaliação, o menor entre eles.

Parágrafo Décimo Nono - Caso a CONTRATANTE não tenha interesse em prosseguir com a ação judicial, ou pretenda a restituição do processo, por qualquer razão que não seja o recebimento parcial ou total do crédito, a CONTRATADA não fará jus a quaisquer honorários, mas tão-somente à remuneração dos atos processuais realizados, conforme estipulado na Tabela de Remuneração.

I - Neste caso, a CONTRATADA devolverá imediatamente os documentos que lhe foram encaminhados, ficando responsável pelos prazos judiciais durante 30 dias, ou outro prazo que lhe for definido pela CONTRATANTE.

Parágrafo Vigésimo - Concorrendo uma segunda Sociedade Contratada, substabelecida para o recebimento do crédito, por acordo que entabulou e venha a formalizar entre o devedor e a CONTRATANTE, os honorários devidos conforme parágrafo décimo-primeiro, serão divididos em partes iguais entre ambas as CONTRATADAS.

I- Na hipótese acima, se houver incidência de rateio com os advogados empregados da CONTRATANTE, os honorários serão rateados em três partes.

Parágrafo Vigésimo Primeiro - Nas ações em que tenha havido atuação de advogado empregado da CONTRATANTE, distribuídas para a CONTRATADA, os honorários relativos aos valores recuperados serão rateados na proporção de 50% (cinquenta por cento) para os advogados empregados da CONTRATANTE e 50% (cinquenta por cento) para a CONTRATADA.

I- Haverá o mesmo rateio, ainda que a atuação do advogado empregado da CONTRATANTE tenha ocorrido apenas nos processos incidentais, conexos e outros que tratem do mesmo objeto.

Parágrafo Vigésimo Segundo - Sendo a CONTRATADA optante para que a fase recursal em Segundo Grau de Jurisdição seja acompanhada pelos advogados empregados da CONTRATANTE, incidirá rateio adicional de 20% (vinte por cento) sobre os honorários; se o acompanhamento se der também junto aos Tribunais Superiores (STJ, TST e STF), incidirá mais 10% (dez por cento).

Parágrafo Vigésimo Terceiro - Os alvarás judiciais relativos aos honorários, que deverão ser objeto de rateio na forma prevista nos subitens anteriores, deverão ser expedidos em separado, com observância da proporcionalidade cabível aos advogados da CONTRATADA e aos advogados empregados da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DESPESAS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

O pagamento de custas processuais, certidões cartorárias e outras correlatas deve ser providenciado pela CONTRATADA com recursos disponibilizados pela CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA pode realizar esse pagamento com recolhimento diretamente pela Agência da CAIXA, mediante apresentação da respectiva guia de custas devidamente preenchida com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de pagamento com recursos próprios, a CONTRATADA será reembolsada do respectivo valor pela Agência por meio de crédito em sua conta corrente na CAIXA, mediante a entrega do respectivo comprovante original, vedada a aceitação de cópia.

Parágrafo Terceiro - O pagamento ou reembolso de qualquer outra despesa processual, tais como honorários periciais, honorários de leiloeiro, honorários de sucumbência contra a CAIXA, dentre outros, somente poderá ser providenciado com prévia e expressa autorização da Unidade Jurídica.

Parágrafo Quarto - As publicações de editais judiciais, providenciadas pela CONTRATADA, devem ser feitas diretamente com os órgãos de imprensa, sem a intermediação de empresas publicitárias, como forma de minimizar custos.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O Contrato terá o prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo a CONTRATANTE, a seu critério, observada a oportunidade, conveniência e a necessidade de serviço, prorrogar sua vigência até o limite legalmente previsto, mediante a formalização de simples Aditivo Contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

A rescisão do contrato se dá:

- I. de forma unilateral, assegurada a prévia defesa;
- II. por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CAIXA e para o contratado.
- III. por determinação judicial.

Parágrafo Primeiro - Constituem motivo para a rescisão unilateral do contrato:

- I. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- III. o descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- IV. a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;
- V. inobservância da vedação ao nepotismo;
- VI. prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação da CAIXA, direta ou indiretamente.
- VII. a constatação de falsidade de qualquer declaração prestada pela contratada e/ou seus advogados (sócios, empregados e associados);
- VIII. a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, cessão, transferência, caução, ou uso em operação financeira de direitos e obrigações advindos do objeto da contratação;
- IX. a cisão, dissolução ou qualquer outra alteração social que, a critério da contratante, importe prejuízo das condições preconizadas no Edital ou no Contrato;
- X. o não cumprimento de instruções e orientações recebidas da contratante, o atraso na prestação de serviços, a rejeição a qualquer processo que lhe seja distribuído ou a falta de prestação de qualquer serviço solicitado, sem apresentar razões de força maior;
- XI. na adoção de procedimentos indesculpáveis a profissional do direito ou na conduta irregular (imprudência, imperícia, negligência etc.) de qualquer dos seus advogados (sócios, empregados e associados), prepostos e empregados em geral, tais como incontinência de conduta, não ajuizamento de ações no prazo estabelecido, perda de prazo, revelia, não comparecimento a audiências, não apresentação de defesas e recursos, abandono do processo, ausência de preparo e outras correlatas, e ainda nas hipóteses previstas na legislação em geral, mormente na Lei n.º 13.303/2016, Estatuto, Regimento e Código de Ética da OAB;
- XII. na divulgação de informações do interesse exclusivo da CONTRATANTE, ou que consubstanciam violação de sigilo, obtidas em decorrência da contratação, sem prejuízo das cominações legais;

Parágrafo Segundo – A rescisão decorrente dos motivos elencados nos incisos III, IV, V e VI do Parágrafo Primeiro será efetivada após o regular processo administrativo.

Parágrafo Terceiro - Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do

interessado, por meio de publicação oficial.

Parágrafo Quarto - Havendo a rescisão do contrato, cessarão todas as atividades da CONTRATADA, relativamente ao serviço contratado.

Parágrafo Quinto - No ato da rescisão, a CONTRATADA prestará contas de todos os processos que lhe foram terceirizados/encaminhados, efetuando a devolução dos respectivos dossiês, se for o caso, ocasião em que renunciará aos respectivos mandatos. O pagamento de eventuais créditos remanescentes será realizado em único ato, em conformidade com os procedimentos de rotina.

Parágrafo Sexto - Quando a rescisão ocorrer por iniciativa da CONTRATADA, fica a mesma obrigada a comunicar sua pretensão à CONTRATANTE com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Sétimo - Em casos de desídia, incúria ou inércia na condução dos processos pela CONTRATADA, poderá a CONTRATANTE, a seu exclusivo critério, rescindir imediatamente o presente contrato, independente de prévio aviso, sem prejuízo das responsabilidades civil, penal e administrativa da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I. multa;

II. suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

Parágrafo Primeiro - As penalidades poderão ser aplicadas na vigência do prazo contratual e mesmo depois de rescindido o contrato ou expirado seu prazo de vigência, desde que constatada alguma das situações previstas nesta cláusula.

Parágrafo Terceiro - Pela aplicação reiterada de notificação no decorrer de um ano, a contratada sujeitar-se-á à multa de 10% (dez por cento) do valor total dos serviços realizados no mês da ocorrência.

Parágrafo Quarto - Na hipótese de rescisão por descumprimento de disposição contratual pela CONTRATADA, ainda que do descumprimento não resulte prejuízo à CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará sujeita a multa correspondente a 10% (dez por cento) da remuneração percebida nos últimos 12 (doze) meses, independentemente das eventuais perdas e danos decorrentes do inadimplemento.

Parágrafo Quinto - havendo atraso no pagamento dos honorários pela CONTRATANTE, correspondentes aos serviços contratados, sobre a importância incidirá multa contratual de 2% (dois por cento) e juros moratórios de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, tomando-se por base os preços vigentes à época do inadimplemento.

Parágrafo Sexto - ocorrendo atraso por parte da CONTRATADA no repasse de valores decorrentes de levantamentos judiciais ou recebidos de devedores, sobre a importância incorrerá multa de 2% (dois por cento) e juros moratórios de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, facultando-se à CONTRATANTE a compensação ou retenção de valores devidos à CONTRATADA;

I – neste caso, além da penalidade prevista, responderá a CONTRATADA pelo pagamento dos encargos previstos no contrato objeto da dívida recebida, relativos ao período decorrido entre o recebimento e o repasse.

Parágrafo Sétimo - a multa será descontada do valor da fatura mensal, cobrada diretamente da CONTRATADA ou judicialmente.

Parágrafo Oitavo - no caso de cobrança de multa diretamente da CONTRATADA, esta deverá ser recolhida dentro do prazo de 3 (três) dias, a contar da correspondente notificação.

Parágrafo Nono - A penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidências em descumprimento de prazo legal ou contratual, descumprimento parcial ou total de obrigação contratual ou, ainda, em caso de rescisão contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à CONTRATANTE.

Parágrafo Décimo - A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA poderá também ser aplicada à Sociedade ou ao profissional que:

- I. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CAIXA em virtude de atos ilícitos praticados;
- IV. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- V. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- VI. apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- VII. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- VIII. não mantiver a proposta;
- IX. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo, incluindo a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;

Parágrafo Décimo Primeiro - As penalidades poderão ser aplicadas concomitantemente.

Parágrafo Décimo Segundo - As penalidades indicadas nesta cláusula, com exceção da multa de mora, aplicadas pela autoridade competente da CAIXA, após regular processo administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

Parágrafo Décimo Terceiro - A falta de equipamentos ou recursos materiais não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA NONA - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

O CONTRATANTE e o CONTRATADO têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do Contrato, em consonância com o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante Repactuação ou Revisão de Preços.

Parágrafo Primeiro - *É admitida repactuação deste Contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, com base na variação dos componentes dos custos do contrato, observados a qualidade e os preços vigentes no mercado para a prestação dos serviços.*

Parágrafo Segundo: *O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data limite para a apresentação da proposta ou da data do orçamento a que a proposta se referir.*

I. A Repactuação será precedida de demonstração do aumento dos custos, tendo como parâmetros básicos o nível dos profissionais e os preços praticados para serviços assemelhados;

I. O CONTRATADO deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da apresentação da proposta e o momento do pedido de Repactuação, contemplando os custos para cada nível de profissional;

III. Deverão ser apresentados, junto com o pedido, os documentos comprobatórios do aumento de custo;

IV. *Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 1 (um) ano será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ocorrida.;*

V. A Repactuação deverá ser autorizada pela autoridade competente da CAIXA, após exame dos atos e documentos comprobatórios que a motivaram;

VI. *A CONTRATADA poderá exercer o direito à repactuação dos preços do contrato até a data da prorrogação contratual subsequente;*

VII. *Caso a CONTRATADA não efetue o pedido de repactuação durante a vigência do contrato, ocorrerá a preclusão do seu direito aos efeitos financeiros anteriores à prorrogação contratual.*

Parágrafo Terceiro - A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei n.º 13.303, de 30.06.2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo que:

I. O CONTRATADO, quando for o caso, deverá formular à CAIXA requerimento para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

II. A comprovação será realizada por meio de documentos idôneos e o pedido de revisão deverá ser solicitado no prazo de 60 dias após a ocorrência do fato descrito no caput deste Parágrafo;

III. Com o requerimento, o CONTRATADO deverá apresentar planilhas de custos para cada nível de profissional, comparativa entre a data da apresentação da proposta ou dos efeitos financeiros da última Repactuação, e do momento do pedido de revisão do Contrato, contemplando os custos envolvidos; e

IV. A CAIXA examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará ao CONTRATADO quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela lei.

Parágrafo Terceiro - Os efeitos financeiros da Repactuação e/ou Revisão de Preços serão devidos a contar da data do fato gerador do aumento de custos do Contrato, observando-se que não serão devidos juros de mora.

Parágrafo Quarto - As alterações decorrentes de Repactuações e de Revisões de Preços serão formalizadas mediante aditivos contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária prevista no item orçamentário nº5303-01, Compromisso SIPLO 0864/2019 e centro de custo 5497.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. A CONTRATANTE reserva-se a faculdade de se fazer representar por seu corpo próprio de advogados em quaisquer movimentações processuais, quando presentes aspectos de conveniência e oportunidade, mediante prévia comunicação.

II. A CONTRATADA prestará os serviços objeto do presente contrato em seu escritório, ficando expressamente vedado que a mesma se utilize de qualquer dependência da CONTRATANTE.

III. A CONTRATANTE pode cancelar a distribuição e requisitar os documentos, que deverão ser restituídos pela CONTRATADA em até 24 (vinte e quatro) horas, caso outro prazo não seja fixado pela CAIXA.

IV. Ocorrendo o falecimento de integrantes da CONTRATADA ou qualquer fato que acarrete a incapacidade dos mesmos para o trabalho, inviabilizando a continuidade da sociedade, o sócio eventualmente remanescente terá o prazo de 90 (noventa) dias para regularizar a situação da mesma perante os órgãos competentes, mediante ingresso de novo (s) sócio (s) que contemple (m) as exigências constantes no Edital.

a) Findo tal prazo sem a devida regularização, a CONTRATANTE poderá requisitar a restituição e/ou prestação de contas do(s) processo(s), aplicando-se no que se refere a honorários, a regra do parágrafo décimo-sexto, da Cláusula Quarta deste Instrumento.

V. A presente contratação não implica vínculo empregatício.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS ANEXOS

São anexos deste contrato:

I. termo de referência

II. código de conduta do fornecedor caixa

III. termo de recebimento, ciência e adesão ao código de conduta do fornecedor caixa

IV. termo de Responsabilidade de Segurança da Informação


V. declaração de vedação ao nepotismo e impedimentos

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRO – DO FORO

Para dirimir qualquer dúvida resultante do presente contrato, será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal de Brasília/DF.

E por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Brasília,



Assinado de forma digital por FLAUBERT
ANDERSON GOIS SILVA:65134087334
Dados: 2022.08.24 16:01:00 -03'00'
Versão do Adobe Acrobat Reader:
2019.008.20071

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Flaubert Anderson Gois Silva

Coordenador

RG: 98002365708 SSP/CE

CPF: 651.340.873-34

PAULO VALOIS

PIRES:8658131777

2

Digitally signed by PAULO VALOIS
PIRES:86581317772
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=000001009801489,
ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
ou=RFB e-CPF A3, ou=AC SERASA RFB v5,
ou=62173620000180, ou=PRESENCIAL, cn=PAULO
VALOIS PIRE:86581317772
Date: 2022.08.18 17:37:57 -03'00'

**SCHMIDT, VALOIS, MIRANDA, FERREIRA &
AGEL – ADVOGADOS**

Paulo Valois Pires - Sócio

OAB/RJ: 64641

CPF: 865.813.177-72

**ROGERIO SOBRAL
DE MIRANDA**

Assinado de forma digital por
ROGERIO SOBRAL DE MIRANDA
Dados: 2022.08.18 17:31:16 -03'00'

**SCHMIDT, VALOIS, MIRANDA, FERREIRA &
AGEL – ADVOGADOS**

Rogério Sobral de Miranda - Sócio

OAB/RJ: 64109

CPF: 888.008.657-04

Testemunhas

Nome:

CPF(M)

CPF:



Assinado de forma
digital por ALINE ROCHA
LOPES

GOMES:03697785109

Dados: 2022.08.24

17:04:53 -03'00'

**ELIANE PEREIRA DE
ARAUJO**

GOES:29990459720

Digitally signed by ELIANE PEREIRA DE ARAUJO
GOES:29990459720
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=000001010445817,
ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
ou=RFB e-CPF A3, ou=AC SERASA RFB,
ou=62173620000180, ou=PRESENCIAL, cn=ELIANE
PEREIRA DE ARAUJO GOES:29990459720
Date: 2022.08.18 17:45:40 -03'00'

Nome:

CPF(MF):

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1- OBJETO

1.1 Credenciamento de Sociedades de Advogados e/ou de Consultores em Direito Estrangeiro, regularmente constituídas, para futura celebração de contrato de prestação de serviços técnico-jurídico especializados de consultoria, assessoria jurídica e defesa judicial e/ou administrativa em processos ou procedimentos judiciais e administrativos de natureza estratégica, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e demais anexos.

1.1.1 A atuação das Sociedades de Consultores em Direito Estrangeiro se dá exclusivamente com base em direito estrangeiro, isto é, todo aquele não brasileiro.

2 – LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 O serviço contratado poderá ser executado em qualquer unidade da federação e/ou nos Estados Unidos da América, países da Europa, Ásia, África, Oceania, América do Norte, América do Sul e América Central.

3 – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 A prestação dos serviços compreenderá, dentre outras, as seguintes atividades:

3.1.1 Área de Atuação I: Direito da Informática, digital e/ou eletrônico

- Análise e avaliação detalhada do modelo de negócio implantado pela CAIXA na internet e nos serviços disponíveis;
- Elaboração de propostas de inclusão de pressupostos limitadores ao processo de navegação do usuário, garantindo a transparência na relação entre a CAIXA e o consumidor;
- Análise de contratos e termos de regulação do relacionamento com os clientes
- Avaliação a exposição ao risco de crimes eletrônicos;
- Auxílio na elaboração de políticas de proteção e uso de dados sigilosos, bem como dos instrumentos de regulação, tais como: termos, contratos, normas, acordos, códigos de conduta, etc;
- Elaboração de diagnóstico sobre risco de violação de direitos autorais e propriedade intelectual;
- Apontamento de riscos legais envolvidos no desenvolvimento, manutenção e evolução nas soluções já implantadas e também nos projetos em elaboração;
- Sugestão de inserção de itens que garantam a redução dos riscos no estágio correto na navegação do usuário.
- Elaboração de pareceres sobre assuntos pertinentes à matéria.
- Apresentação de Seminários sobre questões específicas da matéria;
- defesa administrativa em processos ou procedimentos extrajudiciais.

3.1.2 Área de Atuação II: Direito Empresarial

- Assessoria em projetos de aquisição de empresas, fusão, incorporação e reorganização societária, estruturação completa de operações de compra e venda de participações societárias e na transferência de ativos;
- Elaboração e análise jurídica de contratos comerciais ou societários em geral, inclusive de alianças e *joint-ventures* e suporte a grupos empresariais internacionais no planejamento e realização de investimentos no País ou no Exterior, com ênfase nos grandes grupos empresariais multinacionais e em fundos de investimento, operações de *private equity*, *project finance*, dentre outros similares;
- Assessoria para gestores nas atividades de rotina das sociedades, como constituição, modificação e reorganização, orientação de condutas em assembleias de acionistas, reuniões de conselhos de administração e organização dos livros e documentos societários;
- Representação dos clientes na orientação e defesa dos direitos de acionistas e consultoria quanto ao cumprimento e à evolução das normas e regulamentos que regem a vida jurídica das empresas;
- Assessoria jurídica e elaboração de pareceres em questões envolvendo direito comercial/empresário, inclusive em reuniões, presenciais ou não, assembleias, audiências, entre outros;
- defesa administrativa em processos ou procedimentos extrajudiciais.

3.1.3 **Área de Atuação III: Mercado Financeiro e de Capitais**

- Assessoria jurídica em contratos e operações bancárias, financeiras, de câmbio e de mercado de capitais, nacionais e internacionais;
- Suporte em operações estruturadas incluindo, mas não se limitando a cessão de créditos e securitização, financiamentos e investimentos;
- Assessoria relacionada a contratos e operações com derivativos nacionais e internacionais;
- Assessoria jurídica sobre regulamentação e fiscalização em mercado financeiro e de capitais;
- Ofertas públicas e privadas de valores mobiliários no mercado local e no mercado internacional;
- Assessoria jurídica na estruturação e coordenação de operações de emissão de títulos no mercado local e internacional;
- *Due diligence* jurídica;
- defesa administrativa em processos ou procedimentos extrajudiciais.
- Assessoria jurídica relacionada aos serviços de Administração e Gestão de fundos de investimento e carteiras administradas, incluindo análise e confecção de instrumentos contratuais;
- Assessoria jurídica para a criação, estruturação e desenvolvimento de fundos de investimento em geral.

3.1.4 **Área de Atuação IV: Direito Econômico**

- Interpretação e aplicação de normas do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência;
- Análise estratégica com eventual preparação e condução de ações judiciais e administrativas perante os órgãos que formam o Sistema Brasileiro de Defesa Econômica;
- Elaboração de pareceres sobre assuntos pertinentes à matéria;
- Apresentação de Seminários sobre questões específicas.

3.1.5 **Área de Atuação V: Direito Internacional**

- Assessoria e abertura de representações no exterior
- Obtenção de vistos de trabalho
- Atuação no exterior em órgãos administrativos contenciosos ou não
- Análise e consultoria de impostos diretos e indiretos (no Brasil e no Exterior), elaboração de consultas e pareceres e assessoramento tributário especializado na estruturação de projetos de infra-estrutura nos setores de energia, telecomunicações, gás, petróleo, saneamento, construção naval e de perfuração quando necessário o estudo de legislação estrangeira;
- Assessoramento em negócios relacionados a comércio exterior, mercado de capitais e mercado financeiro;
- Assessoramento e/ou representação da CAIXA perante órgãos governamentais ou privados, necessários à defesa dos interesses e estratégias da CAIXA.
- defesa administrativa em processos ou procedimentos extrajudiciais.

3.1.6 **Área de Atuação VI: Direito Ambiental**

- Licenciamento ambiental e estudos de impacto ambiental;
- Orientação para obtenção e regularização de licenças e alvarás;
- Negociação e remediação de passivos ambientais;
- Créditos de carbono;
- Elaboração de pareceres sobre assuntos pertinentes à matéria;
- Apresentação de Seminários sobre questões ambientais específicas;
- Assessoramento na elaboração de planejamentos ambientais e na análise de negócios em que a CAIXA tem atuação.
- defesa administrativa em processos ou procedimentos extrajudiciais.

3.1.7 **Área de Atuação VII: Direito Tributário**

- Interpretação e aplicação de normas tributárias federais, estaduais e municipais;
- Análise estratégica com eventual preparação e condução de ações judiciais de natureza tributária e previdenciária
- Interpretação e aplicação das normas tributárias e de classificação fiscal e, ainda, preparação de pedidos de concessão de regimes especiais e de incentivos fiscais a Secretarias da Fazenda;
- Acompanhamento de procedimentos fiscais nas esferas municipal, estadual, federal;
- Elaboração de pareceres sobre assuntos pertinentes à matéria;
- Apresentação de Seminários sobre questões tributárias específicas;
- Assessoramento na elaboração e/ou implementação de planejamentos tributários;
- defesa administrativa em processos ou procedimentos extrajudiciais.

3.1.8 **Área de Atuação VIII Previdência Complementar**

- Retirada de patrocínio de planos de previdência complementar;
- Modificações de métodos de custeio e financiamento;
- Migração, incorporação, fusão e cisão de planos e entidades de previdência complementar;
- Convênios de adesão e contratos de aquisição de planos de benefícios;
- Operações entre entidade de previdência e patrocinadores;
- Órgãos internos de gestão e controle das entidades de previdência complementar;
- Instituições e alterações de planos de previdência complementar;
- Alterações em estatuto de entidades de previdência complementar;
- Destinação de superávits e equacionamento de déficits;
- Regime de investimentos financeiros das entidades de previdência complementar;

- Elaboração de pareceres sobre assuntos pertinentes à matéria;
- Apresentação de Seminários sobre questões previdenciárias específicas.
- defesa administrativa em processos ou procedimentos extrajudiciais.

3.1.9 Área de Atuação IX: Direito Trabalhista

- Participação em negociações sindicais;
- Elaboração de acordos coletivos;
- Elaboração de pareceres sobre assuntos pertinentes à matéria;
- defesa administrativa em processos ou procedimentos extrajudiciais;
- Assessoramento em temas relacionados a planos de saúde.

3.1.10 Área de Atuação X: Direito Penal

- Defesa em inquéritos policiais de empregados ou dirigentes da CAIXA acusados da prática de crimes em razão do exercício na empresa;
- Elaboração de pareceres sobre assuntos pertinentes à matéria;
- Apresentação de Seminários sobre questões trabalhistas específicas;
- defesa administrativa em processos ou procedimentos extrajudiciais.

3.1.11 Área de Atuação XI: Direito do Consumidor

- Elaboração de contratos e manifestação jurídica prévia quanto à conformidade de material de divulgação em campanhas publicitárias de bens e serviços destinados ao consumo;
- Orientação em questões específicas perante órgãos de proteção ao consumidor.
- Orientação jurídica para o relacionamento com os clientes;
- Orientação acerca de aspectos de direito do consumidor na Internet;
- Elaboração de pareceres sobre assuntos pertinentes à matéria;
- Apresentação de Seminários sobre questões consumeristas específicas;
- defesa administrativa em processos ou procedimentos extrajudiciais.

3.1.12 Área de Atuação XII: Direito Administrativo

- Atuação em processos de prestação de contas, tomada de contas e demais procedimentos perante os Tribunais de Contas;
- Assessoria em licitações e contratações administrativas
- Assessoria em licitações internacionais
- Elaboração de pareceres sobre assuntos pertinentes à matéria;
- Apresentação de Seminários sobre questões de direito administrativo específicas;
- defesa administrativa em processos ou procedimentos extrajudiciais.
- Assessoria relacionadas a modelagem e estruturação de concessões, Parceria Público-Privada – PPPs nos setores de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Disposição de Resíduos Sólidos e serviços públicos assemelhados.
- Assessoria a operações com Governo, nas esferas Federal, Estadual e Municipal
- Assessoria relacionada a temas orçamentários

3.1.13 Área de Atuação XIII: Propriedade Intelectual

- Assessoria em procedimentos de registro e proteção de marca, patente, software, direito autoral, nome de domínio, desenho industrial e indicação geográfica no Brasil e exterior;

- Elaboração, análise, negociação e averbação de contratos envolvendo licença e cessão de direitos de propriedade intelectual;
- Contratos envolvendo licença de uso de imagem, som e nome, assim como licença de uso de "conteúdos";
- Análise de práticas de competição desleal e suporte administrativo
- Inteligência competitiva: elaboração de estratégias judiciais e extrajudiciais a fim de proteger e defender direitos de propriedade intelectual;
- Assistência completa e acompanhamento de medidas administrativas, civis ou criminais a respeito de infrações a direitos de propriedade intelectual, tais como falsificação, pirataria, plágio ou concorrência desleal;
- Elaboração de acordos de confidencialidade;
- Elaboração de pareceres sobre assuntos pertinentes à matéria;
- Apresentação de Seminários sobre questões de propriedade intelectual específicas;
- defesa administrativa em processos ou procedimentos extrajudiciais.

3.1.14 Área de Atuação XIV - Direito Civil

- Elaboração de contratos;
- Elaboração de pareceres sobre assuntos pertinentes à matéria;
- Apresentação de Seminários sobre questões de direito civil específicas;
- defesa administrativa em processos ou procedimentos extrajudiciais.

3.1.15 Área de Atuação XV – Agronegócio

- Assessoria jurídica em atividades econômicas do agronegócio (insumos, produção, armazenamento, industrialização, logística, comercialização etc.);
- Assessoria jurídica no desenvolvimento de projetos ligados ao agronegócio;
- Assessoria jurídica em títulos de crédito do agronegócio (Cédula de Produto Rural - CPR, Certificado de Depósito Agropecuário - CDA, Warrant Agropecuário - WA, Letra de Crédito do Agronegócio - LCA, Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA etc.);
- Assessoria jurídica em cobranças de créditos do agronegócio;
- Assessoria jurídica em reestruturação de dívidas do Agronegócio;
- Assessoria jurídica em garantias do agronegócio;
- Assessoria jurídica em questões ambientais do agronegócio;
- Assessoria jurídica em questões arbitrais do agronegócio;
- Assessoria jurídica em questões comerciais do agronegócio;
- Assessoria jurídica em questões concorrenciais do agronegócio;
- Assessoria jurídica em questões empresariais do agronegócio;
- Assessoria jurídica em questões internacionais do agronegócio;
- Assessoria jurídica em questões licitatórias do agronegócio;
- Assessoria jurídica em questões regulatórias do agronegócio;
- Assessoria jurídica em questões societárias do agronegócio (fusões e aquisições - M&A -, incorporações, cisões, *Joint-Ventures*, *Legal Due Diligence*, *Legal Valuation*, *Private Equity*, *Project Finance* etc.)
- Assessoria jurídica em questões tributárias do agronegócio;
- Elaboração, revisão, análise e negociação de contratos do agronegócio;
- Estudos e pareceres jurídicos sobre o agronegócio;
- Apresentação de seminários jurídicos sobre o agronegócio;

- Representar, acompanhar e/ou assessorar a CAIXA em processos e/ou procedimentos judiciais, extrajudiciais e/ou administrativos (interessada, parte, litisconsorte, assistente, oponente, *amicus curiae* etc.); e
- Representar, acompanhar e/ou assessorar a CAIXA em encontros, conferências, congressos, seminários, comitês, assembleias, reuniões, audiências etc.
- agronegócio;

3.1.16 Área de Atuação XVI – Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial (Recuperação de Empresas)

- Assessoria jurídica consultiva em falência e recuperação judicial ou extrajudicial - abrangendo, mas não se limitando a - verificação, habilitação, classificação e acompanhamento de créditos;
- Assessoria jurídica em reestruturação de dívidas em falência e recuperação judicial ou extrajudicial;
- Auxílio na elaboração, revisão, análise, negociação e cumprimento de plano de recuperação judicial ou extrajudicial;
- Elaboração de estudos e pareceres jurídicos sobre temas relacionados a falência e recuperação judicial ou extrajudicial;
- Representação, acompanhamento e/ou assessoramento à CAIXA perante o administrador judicial, bem como em assembleias, reuniões (presenciais ou a distância), audiências, etc.

3.1.17 Área de Atuação XVII - Direito da INFRAESTRUTURA

- Assessoria jurídica em atividades econômicas de infraestrutura (insumos, produção, armazenamento, industrialização, logística, comercialização etc.);
- Assessoria jurídica no desenvolvimento de projetos ligados a infraestrutura;
- Assessoria jurídica em cobranças de créditos de infraestrutura;
- Assessoria jurídica em reestruturação de dívidas de infraestrutura;
- Assessoria jurídica em garantias de infraestrutura;
- Assessoria jurídica em questões ambientais de infraestrutura;
- Assessoria jurídica em questões arbitrais de infraestrutura;
- Assessoria jurídica em questões comerciais de infraestrutura;
- Assessoria jurídica em questões concorrenciais de infraestrutura;
- Assessoria jurídica em questões empresariais de infraestrutura;
- Assessoria jurídica em questões internacionais de infraestrutura;
- Assessoria jurídica em questões licitatórias de infraestrutura;
- Assessoria jurídica em questões regulatórias de infraestrutura;
- Assessoria jurídica em questões societárias de infraestrutura (fusões e aquisições - M&A -, incorporações, cisões, Joint-Ventures, Legal Due Diligence, Legal Valuation, Private Equity, Project Finance etc.)
- Assessoria jurídica em questões tributárias de infraestrutura;
- Elaboração, revisão, análise e negociação de contratos de infraestrutura;
- Estudos e pareceres jurídicos sobre infraestrutura;
- Apresentação de seminários jurídicos sobre infraestrutura;

- Representar, acompanhar e/ou assessorar a CAIXA em processos e/ou procedimentos judiciais, extrajudiciais e/ou administrativos (interessada, parte, litisconsorte, assistente, oponente, *amicus curiae* etc.); e
- Representar, acompanhar e/ou assessorar a CAIXA em encontros, conferências, congressos, seminários, comitês, assembleias, reuniões, audiências etc.

3.1.18 Área de Atuação XVIII - Procedimentos Arbitrais.

- Elaboração de manifestações em procedimentos arbitrais;
- Ajuizamento ou defesa da CAIXA em procedimentos arbitrais, bem como a assessoria na definição de estratégia processual;
- Elaboração de pareceres sobre assuntos pertinentes à matéria;
- Participação em reuniões ou audiências (presencial ou virtualmente) relativas a procedimentos arbitrais, para assessoramento dos representantes da CAIXA.

4 - PRAZO DE EXECUÇÃO

4.1 Variável, conforme a natureza do serviço.

5 - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

5.1 O acompanhamento da execução dos serviços será realizada pela Superintendência Nacional de Atendimento Jurídico.

6 - VALORES

6.1 Preço global

6.1.1 O valor global da contratação dependerá da complexidade do serviço e do tempo despendido para a execução.

6.1.2 Preço por homem/hora

Categoria	Direito Brasileiro	Direito Estrangeiro
Sócio Fundador	R\$ 1.368,75	US\$ 1.324,44
Sócio	R\$ 1.059,75	US\$ 1.133,47
Sênior	R\$ 841,75	US\$ 899,72
Pleno	R\$ 632,67	US\$ 620,17
Júnior	R\$ 481,41	US\$ 437,00

6.2 Os valores acima apresentados incluem todos e quaisquer tributos e/ou encargos (inclusive trabalhistas e previdenciários) devidos pelo contratado, além dos custos com viagem, deslocamento, alimentação e demais despesas administrativas não reembolsáveis.

7 DISTRIBUIÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 Para atender a isonomia entre as sociedades habilitadas e interessadas, a Diretoria Jurídica fará a distribuição equitativa dos serviços ao longo do prazo de vigência

contratual e repactuações em prazo máximo de 60 (sessenta) meses, observando a(s) modalidade(s) e área de atuação para a(s) qual(is) a sociedade tenha sido contratada, iniciando-se pelo habilitado com maior pontuação.

7.2 Em caso de empate entre os habilitados, será observado, como primeiro critério de desempate, a maior pontuação obtida no credenciamento. Ao persistir o empate será realizado sorteio.

7.3 A pontuação final das sociedades, aferida diante dos critérios e exigências deste Edital servirá à verificação de sua habilitação. Além do exposto acima, não haverá distinção classificatória entre as sociedades habilitadas.

7.4 Dentre as sociedades que tenham respondido no prazo, sinalizando interesse ao serviço, a Diretoria Jurídica poderá dar preferência àquela que houver tratado demanda correlata anteriormente, de forma a atender a continuidade, coerência, economicidade e eficiência dos serviços a serem prestados.

7.5 Havendo interesse da CAIXA na contratação e seguindo estritamente a regra de adjudicação dos serviços previstos no edital, a sociedade habilitada será convocada para a prestação do serviço mediante expedição de Ordem de Execução de Serviço.

7.6 O não atendimento à Ordem de Execução de Serviço, no prazo previsto no edital, representará desistência da sociedade com relação àquele objeto e a recusa terá efeito de serviço efetivamente distribuído para fins de equidade.

7.7 Quando da eventual convocação para contratação, será exigido das sociedades que comprovem seu cadastramento regular e atualizado no sistema de cadastro unificado de fornecedores/SICAF, bem como a comprovação de que mantêm todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital.

7.8 As rotinas de prestação de serviços objeto deste Edital, que deverão ser observadas e atendidas no relacionamento entre a Contratante e a Contratada, implicam na obrigatoriedade de a Sociedade credenciada digitalizar documentos, acessar e prestar informações diariamente mediante sistema de informática ou banco de dados disponibilizado ou indicado, pela internet ou outro meio eletrônico de comunicação, conforme definição da CAIXA ou dos Tribunais.

7.9 Eventuais custos para a operacionalização das rotinas indicadas no parágrafo anterior, inclusive os relativos à aquisição de equipamentos e softwares, deverão ser suportados exclusivamente pela Contratada.

7.10 Nos processos que atuarem em decorrência da contratação oriunda deste Edital, as Sociedades Contratadas somente poderão transigir com a prévia e expressa autorização da CAIXA. É assegurado à CAIXA o direito de promover acordos com os litigantes, independentemente a situação do litígio.

7.11 A distribuição de serviços poderá ser suspensa, a critério da CONTRATANTE, nas seguintes hipóteses:

- notificação de intenção de rescisão do Contrato, na forma da cláusula sétima do contrato;
- ocorrência de qualquer das hipóteses de rescisão contratual, até que essa medida seja ultimada;
- por conveniência da Contratante.

8 DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1 Os serviços serão remunerados de acordo com a Modalidade de prestação de serviços, o cumprimento de fases e o ato efetivamente praticado, na estrita conformidade com os critérios estabelecidos no contrato e no Ordem de Execução de Serviços de cada serviço a ser executado, conforme estimativa de horas/homem a ser realizada pela CAIXA.

8.2 Os pagamentos serão realizados por meio de crédito em conta corrente a ser mantida pela Sociedade Contratada junto à CAIXA, mediante a apresentação da Nota Fiscal correspondente aos serviços efetivamente realizados/efetivados.

8.3 Os honorários de sucumbência, quando houver, pertencerão à contratada, desde que patrocine a causa do início ao fim; caso contrário, serão rateados proporcionalmente entre aqueles que atuaram no feito, ou seja, Sociedades com contratos em vigor e Advogados da CAIXA, na forma contratualmente prevista, se for o caso.

8.4 Nos processos distribuídos à Sociedade Contratada, nos quais tenha havido atuação de Advogado da CAIXA, haverá rateio de honorários, inclusive os decorrentes de adjudicação e arrematação, conforme previsão contratual.

8.5 Se, por qualquer motivo, a Sociedade deixar de patrocinar a causa, fará jus ao recebimento apenas da remuneração correspondente aos atos efetivamente praticados ou às fases processuais atingidas.

8.6 Quando a Sociedade Contratada receber o processo com fase(s) já concluída(s), terá direito apenas ao pagamento da(s) parcela(s) correspondente(s) à(s) fase(s) que vier(em) a ser atingida(s) sob seu patrocínio.

8.7 Em caso de extinção do processo sem julgamento de mérito, a Sociedade Contratada fará jus apenas à(s) parcela(s) relativa(s) à(s) etapa(s) concluída(s), além de eventual remuneração por êxito, conforme contratualmente previsto.

8.8 A CAIXA poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, retomar o acompanhamento de processos confiados à Sociedade Contratada, com trânsito em julgado ou não, ou a realização de ato específico, a seu critério, e a Sociedade fará jus apenas à remuneração dos atos efetivamente realizados, se ainda não recebida.

8.9 Os atos processuais deprecados serão pagos exclusivamente à Sociedade Contratada responsável pela sua efetivação.

8.10 Os pagamentos da remuneração serão realizados no 12º (décimo segundo) dia útil de cada mês, mediante a prévia apresentação das correspondentes Notas Fiscais até o dia 2º dia útil do mês subsequente ao da execução dos serviços, que deverão estar acompanhadas dos comprovantes da prestação dos serviços correspondentes.

8.11 Na realização de acordos serão observados os critérios estabelecidos no Contrato (Anexo VII) e nas instruções da CONTRATADA.

9 DA FISCALIZAÇÃO DA CAIXA

9.1 Independentemente da autonomia e liberdade técnicas, a CAIXA se reserva o direito de realizar verificações, solicitar cópias de documentos pertinentes, em meio magnético ou físico, sugerir ou indicar linhas de atuação a serem seguidas, bem como requerer peças para efeito de supervisão técnica.

9.2 A qualquer tempo a CAIXA, através de seus advogados, pode atuar nos feitos acompanhados pela Contratada, bem como solicitar a devolução de qualquer processo que lhe tenha sido distribuído.

9.3 As sociedades contratadas prestarão os serviços com o necessário zelo, celeridade, dedicação e tempestividade, cabendo ainda, aos seus profissionais, adotar todas as medidas judiciais necessárias à defesa dos interesses da CAIXA, inclusive ajuizando medidas cautelares, tais como arresto, sequestro, indisponibilidade de bens, etc.

ANEXO V**FICHA DE DADOS E INSTALAÇÕES***[apresentar no momento da assinatura do contrato]***1 – DADOS DA SOCIEDADE**

Denominação:

Número de inscrição na OAB:

CNPJ:

Data de constituição:

Endereço completo:

Fones:

E-mail:

Quantidade de advogados:

Número de advogados sócios:

Número de advogados empregados:

Número de advogados associados:

Quantidade de estagiários

Quantidade de pessoas do apoio administrativo:

Nome do responsável pelo apoio administrativo:

2 – FILIAIS (citar endereços)**3 – DADOS SOBRE OS SÓCIOS** (repetir estes campos para cada sócio)

3.1. Sócio 1:

3.1.1. Inscrição na OAB:

3.1.2. CPF:

3.1.3. Endereço completo:

3.1.4. Telefones (comercial, celular, residencial)

4 – DADOS SOBRE OS ADVOGADOS EMPREGADOS (repetir estes campos para cada advogado empregado)

4.1. Advogado empregado 1:

4.1.1. Inscrição na OAB:

4.1.2. CPF:

4.1.3. Data da contratação:

4.1.4. Endereço completo:

4.1.5. Telefones (comercial, celular, residencial)

5 – DADOS SOBRE OS ADVOGADOS ASSOCIADOS (repetir estes campos para cada advogado associado)

5.1. Advogado associado 1:

5.1.1. Inscrição na OAB:

5.1.2. CPF:

5.1.3. Data da contratação e arquivamento do contrato na OAB:

5.1.4. Endereço completo:

5.1.5. Telefones (comercial, celular, residencial)

6 – DADOS SOBRE EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES

6.1. Área útil do escritório:

6.2. Quantidade de salas ou divisões:

6.3. Micros, configurações e softwares instalados:

6.4. Impressoras:

6.5. Scanners:

6.6. Outros:

7 – ADVOGADOS QUE ATUARÃO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À CAIXA

8 – DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, que o escritório que prestará serviços à CAIXA possui os equipamentos, instalações e pessoal informados na presente Ficha.

_____/_____/20____.

(assinatura sob identificação do representante legal da Sociedade)

*As Sociedades de Consultoria em Direito Estrangeiro deverão preencher a tabela conforme equivalentes no exterior.

ANEXO VIII**ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO Nº XX/20XX AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº XXXX/2019,**

Nos termos do Contrato de Prestação de Serviços No xxxx/2019, fica V. Sa. Cientificados da solicitação de serviços, na forma abaixo.

Somente serão aceitas recusas devidamente justificadas, na forma do Contrato Vigente, sob pena de aplicação das penalidades nele previstas.

I – (Descrição do Objeto)

Pela prestação do SERVIÇO acima especificado, a CAIXA pagará ao CONTRATADO, na forma e sob as condições previstas no EDITAL e Contrato de Credenciamento 1356/7066-2019, o valor de até R\$ xxx:

II - Quantidade de horas: xxxx horas

Advogado sócio nível “a” ou sócio fundador	xxx horas
Advogado sócio	xxx horas
Advogado sênior	xxx horas
Advogado pleno	xxx horas
Advogado júnior	xxx horas

Lembramos que, na forma do contrato vigente, até o 5º dia útil do mês seguinte à prestação dos serviços, a fatura de honorários advocatícios com a discriminação dos serviços prestados e quantitativos das horas incorridas pelo CONTRATADO deverá ser encaminhada para a CONTRATANTE.

Após o efetivo ateste do quantitativo de horas e do valor, será solicitado ao CONTRATADO o envio da respectiva Nota Fiscal para realização do pagamento.

III – Informar á CAIXA, no prazo de 48 horas a equipe técnica designada para a execução, na forma do Contrato.

Brasília, xx de xxxx de 20xx.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

ANEXO IX
DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO AO NEPOTISMO E IMPEDIMENTOS

A Contratada DECLARA, sob as penas da Lei, que:

1. Não está com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que não tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
2. Não é constituída por administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja dirigente ou empregado da CAIXA;
3. Não é constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
4. Não tem administrador que seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
5. Não é constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
6. Não tenha administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
7. Não há nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
8. Não é empregado ou dirigente CAIXA na condição de licitante;
9. Não possui relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a) Dirigente da CAIXA;
 - b) Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
 - c) Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
10. Não é proprietário, mesmo na condição de sócio, de empresa que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.

Brasília,

PAULO VALOIS

PIRES:86581317772

Digitally signed by PAULO VALOIS PIRE:86581317772
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=000001009801489,
ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
ou=RFB e-CPF A3, ou=AC SERASA RFB v5,
ou=62173620000180, ou=PRESENCIAL, cn=PAULO
VALOIS PIRE:86581317772
Date: 2022.08.18 17:40:08 -03'00'

**SCHMIDT, VALOIS, MIRANDA, FERREIRA
& AGEL – ADVOGADOS**

Paulo Valois Pires - Sócio

OAB/RJ: 64641

CPF: 865.813.177-72

**ROGERIO SOBRAL
DE MIRANDA**

Assinado de forma digital por
ROGERIO SOBRAL DE MIRANDA
Dados: 2022.08.18 17:32:01
-03'00'

**SCHMIDT, VALOIS, MIRANDA, FERREIRA &
AGEL – ADVOGADOS**

Rogério Sobral de Miranda - Sócio

OAB/RJ: 64109

CPF: 888.008.657-04

ANEXO X

TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

SCHMIDT, VALOIS, MIRANDA, FERREIRA & AGEL – ADVOGADOS, inscrita(o) no CNPJ nº 08.761.180/0001-36 e registrado na OAB/RJ sob o nº 008.779/2007, por meio do seus representantes devidamente constituídos, **Paulo Valois Pires**, portador da OAB/RJ nº 64641 e inscrito no CPF sob nº 865.813.177-72, **Rogério Sobral de Miranda**, portador da OAB/RJ nº 64109 e inscrito no CPF sob o nº 888.008.657-04, doravante denominado [Licitante], para atendimento ao Edital de Credenciamento n.º 1356/7066-2019.

- Consciente de que a sociedade civil brasileira espera dos agentes econômicos a declaração de adesão a princípios, atitudes e procedimentos que possam mudar a vida política do País, assim como anseia pela efetiva prática de tais princípios;
- Desejosa de oferecer à nação uma resposta à altura das suas expectativas;
- Determinada a propagar boas práticas de ética empresarial, que possam erradicar a corrupção do rol das estratégias para obter resultados econômicos;
- Ciente de que a erradicação das práticas ilegais, imorais e antiéticas depende de um esforço dos agentes econômicos socialmente responsáveis para envolver em tais iniciativas um número cada vez maior de empresas e organizações civis;

Sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro e art. 90 da Lei 8.666/93, se compromete a:

1. Adotar, ou reforçar, todas as ações e procedimentos necessários para que as pessoas que integram as suas estruturas conheçam as leis a que estão vinculadas, ao atuarem em seu nome ou em seu benefício, para que possam cumpri-las integralmente, especialmente, na condição de fornecedor de bens e serviços para a CAIXA;
2. Proibir, ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício dê, comprometa-se a dar ou ofereça suborno, assim entendido qualquer tipo de vantagem patrimonial ou extrapatrimonial, direta ou indireta, a qualquer funcionário CAIXA, nem mesmo para obter decisão favorável aos seus negócios;
3. Proibir ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que aja em seu nome, seja como representante, agente, mandatária ou sob qualquer outro vínculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com funcionários CAIXA;
4. Evitar que pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício estabeleça qualquer relação de negócio com as pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública;
5. Não tentar, por qualquer meio, influir na decisão de outro participante quanto a participar ou não da referida licitação;
6. Apoiar e colaborar com a CAIXA em qualquer apuração de suspeita de irregularidade ou violação da lei ou dos princípios éticos refletidos nesta declaração, sempre em estrito respeito à legislação vigente;

E, ainda, declara que:

7. A proposta apresentada nesta licitação foi elaborada de maneira independente e que o seu conteúdo, bem como a intenção de apresentá-la não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante em potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa antes da abertura oficial das propostas;

8. Esta empresa e seus sócios-diretores não constam em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores sócios-ambientais, bem como não contrata pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que constem de tais listas;

9. Está plenamente ciente do teor e da extensão deste documento e que detém plenos poderes e informações para firmá-lo.

Brasília,

PAULO VALOIS

PIRES:86581317772

Digitally signed by PAULO VALOIS PIRE:86581317772
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=000001009801489,
ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB
e-CPF A3, ou=AC SERASA RFB v5, ou=62173620000180,
ou=PRESENCIAL, cn=PAULO VALOIS PIRE:86581317772
Date: 2022.08.18 17:41:28 -03'00'

**SCHMIDT, VALOIS, MIRANDA, FERREIRA
& AGEL – ADVOGADOS**

Paulo Valois Pires - Sócio

OAB/RJ: 64641

CPF: 865.813.177-72

ROGERIO SOBRAL
DE MIRANDA

Assinado de forma digital por
ROGERIO SOBRAL DE MIRANDA
Dados: 2022.08.18 17:32:19
-03'00'

**SCHMIDT, VALOIS, MIRANDA, FERREIRA &
AGEL – ADVOGADOS**

Rogério Sobral de Miranda - Sócio

OAB/RJ: 64109

CPF: 888.008.657-04

ANEXO XI**CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA****Combate à Corrupção****1 OBJETIVO**

1.1 Este Código estabelece premissas norteadoras de comportamento que devem ser observadas pelo fornecedor, com o objetivo de orientá-lo para uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação, o interesse público e as aspirações da sociedade.

1.2 Deverá o fornecedor influenciar positiva e proativamente os demais envolvidos na cadeia produtiva, estendendo essa mesma conduta para as partes com quem se relaciona comercial e contratualmente, em especial, fornecedores e prestadores de serviços.

1.3 As condutas levam em consideração não somente o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente o honesto e o desonesto, tendo como fim o bem comum.

1.4 Este Código de Conduta poderá ser alterado pela CAIXA dentro dos parâmetros legais e, consequentemente, as alterações terão de ser acompanhadas e seguidas pelo Fornecedor.

2 PADRÕES GERAIS DE CONDUTA

2.1 Este Código de Conduta vincula o Fornecedor da CAIXA a assumir os seguintes compromissos:

2.1.1 Adotar medidas necessárias e efetivas para combater a corrupção e a fraude em todas as instâncias, prevenindo a ocorrência de qualquer tipo de comportamento ilegal.

2.1.2 Adotar as melhores práticas e comportamento ético no exercício das atribuições profissionais ou fora dele, atuando com dignidade, decoro, zelo, eficácia e consciência dos princípios morais, condutas que também devem ser repassadas para toda a sua cadeia de fornecedores.

2.1.3 Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente.

2.1.4 Adotar mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, nos termos do art. 42 e incisos, do Decreto 8.420/2015, que regulamentou a Lei 12.846/2013.

2.2 As violações a este Código de Conduta serão submetidas à avaliação da área responsável na CAIXA, que deliberará sobre o encaminhamento da ocorrência para abertura de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

3 PADRÕES ESPECÍFICOS DE CONDUTA

3.1 A Pessoa Jurídica, na pessoa dos seus representantes, e todo o seu corpo funcional se comprometem a combater quaisquer práticas lesivas à Administração Pública, tais como:

3.1.1 Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.

3.1.2 Financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática de atos de corrupção e fraudes.

3.1.3 Utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

3.1.4 Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.

3.1.5 Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.

3.1.6 Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.

3.1.7 Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente.

3.1.8 Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo.

3.1.9 Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.

3.1.10 Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

3.1.11 Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação.

3.2 Se comprometem, ainda, em observância à Lei nº 12.846/13 e regulamentações a adotar as seguintes ações:

3.2.1 Diligenciar para que todos os seus colaboradores e representantes conheçam e cumpram este Código.

3.2.2 Informar imediatamente à CAIXA, caso venha a tomar conhecimento de qualquer indício de violação a este Código ou às leis pertinentes.

3.2.3 Caso tenha conhecimento, identificar e discriminar pessoas que estejam agindo em seu nome, ou por sua conta e ordem, que prometeu, deu ou ofereceu, direta ou indiretamente, vantagem ou promessa de vantagem a qualquer agente público, ou esteve envolvido na prática de atos ilícitos referentes a crimes contra a administração pública.

3.2.4 Adotar mecanismos e procedimentos para a prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro em sintonia com a pertinente legislação, em especial, a Lei 9.613/98, bem como, dar conhecimento tempestivo à CAIXA de delitos da espécie consumados ou tentados que a ela se relacionem.

3.2.5 Combater qualquer iniciativa que vá de encontro à livre concorrência, inclusive as indutoras à formação de cartel.

3.2.6 Proteger a reputação da CAIXA, resguardando-a de ações e atitudes inadequadas que comprometam a sua imagem, praticadas direta ou indiretamente por pessoas que estejam agindo em nome da Pessoa Jurídica ou por sua conta.

3.3 A Pessoa Jurídica buscará adotar Código de Ética próprio, a fim de priorizar e sistematizar os seguintes Valores em sua governança corporativa:

3.3.1 Respeito - As pessoas são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade, sendo exigido de dirigentes, empregados e parceiros absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.

3.3.2 Honestidade – Os negócios são geridos com honestidade, estando o interesse público em 1º lugar, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros.

3.3.3 Compromisso - Os dirigentes, empregados e parceiros estão comprometidos com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais, com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a empresa.

3.3.4 Transparência - Aos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia é dispensado tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento da legislação aplicável.

3.3.5 Responsabilidade – as ações são pautadas nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a eliminar ações e atitudes corruptivas, bem como proteger o patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens e demais recursos colocados à disposição para a gestão eficaz dos negócios, garantindo proteção a quem denunciar as violações a este Código.

ANEXO XII

TERMO DE RECEBIMENTO, CIÊNCIA E ADESÃO
AO CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA

SCHMIDT, VALOIS, MIRANDA, FERREIRA & AGEL – ADVOGADOS, inscrita(o) no CNPJ nº 08.761.180/0001-36 e registrado na OAB/RJ sob o nº 008.779/2007, por meio do seus representantes devidamente constituídos, **Paulo Valois Pires**, portador da OAB/RJ nº 64641 e inscrito no CPF sob nº 865.813.177-72, **Rogério Sobral de Miranda**, portador da OAB/RJ nº 64109 e inscrito no CPF sob o nº 888.008.657-04, DECLARA, sob as penas da lei, para fins de formalização de contratação com a CAIXA, que:

1. Recebeu uma cópia integral do Código de Conduta do Fornecedor CAIXA;
2. Tomou conhecimento de todos os seus termos e se compromete a cumpri-los integralmente;
3. Compartilhará as condutas contidas neste Código com seus empregados, sua respectiva cadeia produtiva e seus subcontratados, quando for o caso;
4. Não tem conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
5. Se compromete a informar à CAIXA caso venha a tomar conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
6. Tem conhecimento de que a manutenção da relação contratual com a CAIXA implica na concordância em seguir este Código e suas eventuais alterações, aditamentos ou revisões futuras;
7. Se compromete em acessar o endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, para manter-se atualizado em razão de possíveis alterações neste Código de Conduta.

Brasília,

PAULO VALOIS
PIRES:86581317772

Digitally signed by PAULO VALOIS PIRE:8658131772
DN: c=BR, ou=CP-Brasil, ou=00001009801480, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=AC SERASA RFB v5, ou=62173620000180, ou=PRESENCIAL, cn=PAULO VALOIS PIRE:8658131772
Date: 2022.08.18 17:45:05 -03'00'

SCHMIDT, VALOIS, MIRANDA, FERREIRA & AGEL – ADVOGADOS
Paulo Valois Pires - Sócio
OAB/RJ: 64641
CPF: 865.813.177-72

ROGERIO SOBRAL
DE MIRANDA

Assinado de forma digital por
ROGERIO SOBRAL DE MIRANDA
Dados: 2022.08.18 17:32:38 -03'00'

SCHMIDT, VALOIS, MIRANDA, FERREIRA & AGEL – ADVOGADOS
Rogério Sobral de Miranda - Sócio
OAB/RJ: 64109
CPF: 888.008.657-04

ANEXO XIII**TERMO DE RESPONSABILIDADE DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

Nome do Usuário	Matrícula
Empresa	Função
Lotação	Telefone

Declaro ter permissão de acesso às informações da CAIXA, ou sob sua responsabilidade, necessárias ao desempenho das minhas atribuições na Instituição e comprometo-me a cumprir o disposto nos itens a seguir:

Conhecer e cumprir, rigorosamente, todas as políticas e procedimento da CAIXA relativos à segurança da informação.

1. Estar ciente de que os acessos aos quais se referem o presente Termo foram concedidos para uso exclusivo nas atividades a que se destinam.
2. Observar a classificação das informações às quais tiver acesso, de acordo com os critérios estabelecidos pela CAIXA em função das atividades por mim executadas.
3. Caso necessário, ao divulgar as informações da CAIXA, observar os critérios estabelecidos.
4. Não utilizar meus acessos para visualizar dados ou informações desnecessários ao exercício de minhas atividades.
5. Não utilizar meus acessos para copiar ou remover recursos computacionais, informações de propriedade da CAIXA ou por ela administrada, sem autorização específica para esse fim.
6. Não utilizar meus acessos para interferir em serviços, provocando, por exemplo, congestionamento, alteração, lentidão ou interrupção do tráfego da rede CAIXA.
7. Não utilizar os recursos disponibilizados pela CAIXA em atividades ilegais, tais como difamação, discriminação, obscenidade, pornografia, ameaça, roubo, tentativa de acesso desautorizado a dados ou tentativa de burlar medidas de segurança em sistemas, interceptação de mensagens eletrônicas e violação de direitos autorais.
8. Não citar ou discutir assuntos internos da CAIXA em ambientes públicos, físicos ou virtuais.
9. Respeitar os direitos de propriedade, instalando e/ou utilizando somente recursos tecnológicos autorizados e com as respectivas licenças de uso válidas.
10. Comunicar à chefia imediata qualquer suspeita ou evidência de transgressão às normas em vigor, principalmente para os casos em que ficar comprovado o comprometimento de informação corporativa da CAIXA ou sob sua responsabilidade, evitando que a imagem da Empresa seja colocada em risco junto ao seu público interno e externo.

Estou ciente de que:

- as responsabilidades quanto à segurança da informação se estendem além do horário de trabalho e continuam mesmo depois de encerrado o contrato de trabalho, para as informações obtidas em virtude de minhas atribuições na CAIXA.

- O descumprimento de qualquer item deste Termo pode acarretar na aplicação das penalidades previstas no Regulamento de Pessoal da CAIXA, ou nas sanções citadas nos contratos de prestação de serviços e, ainda, nos demais processos legais cabíveis.

_____, ____ de ____ de ____
Local/Data

Assinatura do usuário

Assinatura/matricula da Chefia imediata